

Igor Caixeta Trindade Guimarães

**A FORMAÇÃO NOMINAL EM
PORTUGUÊS: UM ESTUDO SINTÁTICO-
SEMÂNTICO DE BASES ENUNCIATIVAS**

**Belo Horizonte
2011**

Igor Caixeta Trindade Guimarães

A FORMAÇÃO NOMINAL EM PORTUGUÊS: UM ESTUDO SINTÁTICO- SEMÂNTICO DE BASES ENUNCIATIVAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística Teórica e Descritiva.

Área de concentração: Linguística Teórica e Descritiva

Linha de Pesquisa: Estudo da Estrutura Gramatical da Linguagem

Orientador: Prof. Dr. Luiz Francisco Dias

**Belo Horizonte
Faculdade de Letras da UFMG
2011**

Universidade Federal de Minas Gerais – Faculdade de Letras
Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos

Dissertação intitulada *A formação nominal em português: um estudo sintático-semântico de bases enunciativas*, defendida por Igor Caixeta Trindade Guimarães, em 24/08/2011, e aprovada pela banca examinadora composta pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Luiz Francisco Dias — UFMG
(Orientador)

Prof^a. Dr^a. Maria Elizabeth Fonseca Saraiva — UFMG

Prof^a. Dr^a. Sheila Elias de Oliveira — UNICAMP

AGRADECIMENTOS

Ao Cosmos, cujas sincronicidades permitiram-me traçar um percurso teórico e concretizá-lo no presente trabalho, em meio a muitos desafios, aprendizados e descobertas.

À minha família, por ser minha origem e minha principal referência em todos os momentos. Agradeço com carinho aos meus pais Carus Francisco Guimarães e Gelza Burgos Guimarães, às minhas avós Catarina Trindade e Rosa Burgos, ao meu avô Francisco Caixeta, às minhas tias Efigênia Trindade e Rita Trindade e à Jovina Oliveira.

Ao prof. Dr. Luiz Francisco Dias, meu orientador, que ainda na graduação me aceitou no Grupo de Estudos da Enunciação, permitindo-me entrar em contato com reflexões fascinantes sobre a linguagem. Agradeço pela disponibilidade em me atender sempre que senti necessidade e pela orientação criteriosa.

À Dionne, fonte de inspiração e de eterno amor.

Aos meus grandes amigos e colegas da Faculdade de Letras da UFMG, pela convivência prazerosa, que cito em ordem aleatória: Priscila Lacerda, Luciani Dalmaschio, Ângela Jamal, Emiliana Ladeira, Elke Pena, Rivânia Sant'Ana, Renata Cabral, Rodrigo Oliveira, Ricardo Machado, Luciano Alves, Ana Clara Meira, Maria José Oliveira, Maria José de Abreu, Daniel Esteves, Janayna Carvalho, Ana Virgínia da Silva, Bruno Lima, além de outros.

Aos professores de Linguística da Faculdade de Letras da UFMG, responsáveis pela minha formação. Um agradecimento especial à prof^a. Dra. Jânia Ramos, que me amparou em um momento delicado.

Ao amigo Marcos Cumpri, pelas proveitosas discussões sobre Enunciação.

Aos funcionários do PosLin, sempre muito atenciosos em atender às demandas dos alunos.

Aos amigos do dia a dia, com quem compartilho experiências que tornam a vida mais agradável. Uma menção especial a Juliane de Souza, Gustavo Heilbuth, Wesley Barreto e Priscilla Valeriano.

À professora Léa Costa, pela amizade e por ter me introduzido na Linguística ainda no Ensino Médio.

À prof.^a Dr.^a Mariângela Paraizo, que me mostrou os primeiros passos da pesquisa científica, com dedicação, paciência e sábias orientações, não obstante o meu despreparo à época.

À Carla Rossi, gerente da EducarBrasil, por ter sido flexível em momentos nos quais precisei me ausentar do trabalho e dedicar-me à pesquisa. Agradeço também à amiga Alexa Salomão, pelo incentivo.

*Ao Grupo de Estudos da Enunciação,
que se esforça por construir uma teoria consistente sobre
a língua e sua gramática.*

“Há mais a fazer interpretando as interpretações que interpretando as coisas; e mais livros sobre livros que sobre qualquer outro assunto; nós não fazemos mais do que nos entreglossar”. (Montaigne)

RESUMO

Esta pesquisa discute a semântica dos nomes, de acordo com as noções de *acontecimento* e *encapsulamento*, perpassadas pelas instâncias da memória e da atualidade. Propõe o conceito de formação nominal (FN) como categoria enunciativa e discute, também, os fundamentos da determinação nominal, assumindo a perspectiva de que os enunciados produzem demandas de especificação ao retirarem os nomes de um estado virtual de generalidade. É repensada, dessa forma, a visão tradicional segundo a qual os nomes exigem termos que lhes completem o sentido, de modo a serem questionadas as controversas ideias de déficit e superávit norteadoras da descrição gramatical. De forma mais específica, são discutidos os critérios que diferenciam complementos nominais de adjuntos adnominais; os primeiros passam a ser definidos como categorias reencapsuladoras da discursividade do nome, ao passo que os segundos se definem por terem uma função enunciativa de regulação da unidade referencial do nome. Por fim, concebe-se que a determinação nominal ocorre não só no nível do sintagma, mas também no nível de todo o enunciado.

Palavras-chave: enunciação, sintaxe, nomes, determinação nominal.

ABSTRACT

This research discusses the semantics of nouns, according to the notions of event and encapsulation, pervaded by the instances of memory and present. Proposes the concept of 'nominal formation' as a category of enunciate and also discusses the fundamentals of nominal determination, taking the view that enunciation produce specification demands by withdrawing the nouns of a virtual state of generality. It is reconsidered, in this way, the traditional view according to which the nouns require to complete their sense, being questioned the controversial ideas of *deficit* and *superavit* of the grammatical description. More specifically, we discuss the criteria that differentiate nominal complements of adjuncts; the first is defined as the discursive 're-encapsulation' categories of nouns, while the latter are defined by having an expository function of regulating the reference unit of noun. Finally, designs that determination occurs not only in nominal phrase level, but also at the level of the entire enunciate.

Keywords: enunciation, syntax, nouns, nominal determination.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
Objetivos.....	11
Procedimentos.....	11
CAPÍTULO 1 — A formação nominal	13
1.1. Introdução.....	13
1.2. Problematizando o conceito de <i>substantivo</i>	13
1.3. O estatuto semântico da referência.....	17
1.4. A distinção entre <i>classe e função</i>	22
1.5. O nome a formação nominal.....	24
1.6. O encapsulamento.....	29
CAPÍTULO 2 — Estudos sobre a determinação nominal	35
2.1. A abordagem tradicional dos estudos sintáticos.....	35
2.2. Estudos de sintaxe formal.....	41
2.3. A gramática de valências.....	48
2.4. Uma abordagem cognitivista.....	51
2.5. A macrossintaxe.....	56
CAPÍTULO 3 — Um novo olhar sobre a determinação nominal	60
3.1. Lugar sintático.....	60
3.2. Caracterização do lugar sintático de complemento nominal.....	64
3.3. A frequência temática.....	70
3.4. Caracterização do lugar sintático de adjunto adnominal.....	77
3.5. A determinação nominal em perspectiva.....	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS	92

APRESENTAÇÃO

Este trabalho discute aspectos semânticos e sintáticos que envolvem o estudo dos nomes. Para isso, analisamos o conceito tradicional de *substantivo*, que remonta aos filósofos da Antiguidade, em suas primeiras reflexões sobre a relação entre a linguagem e o mundo. Esse conceito sofreu poucas alterações ao longo de tantos anos e se reflete nas gramáticas produzidas até a atualidade, fundamentando-se na concepção de *ser*.

Tal perspectiva evidencia alguns problemas da ordem da significação, que discutimos numa tentativa de propor um novo direcionamento de análise, baseado na Semântica da Enunciação. A presente pesquisa propõe uma discussão sobre o processo de determinação nominal, com especial atenção para a polêmica distinção entre *complementos nominais* e *adjuntos adnominais*. Entendemos que essa distinção é relevante, não obstante a descrença de alguns linguistas, mas não vislumbramos que ela seja apreensível por meio dos estudos de sintaxe e/ou semântica formais — ou quase formais. Sobre este último ponto, achamos por bem explorá-lo um pouco mais nos parágrafos que se seguem.

Em realidade, a distinção entre forma e significado tem sido alvo de polêmica já há algum tempo, em vista da constatação de que muitos fatos linguísticos podem ser explicados na interface desses dois níveis. Nesse sentido, encontramos interessantes estudos de orientação mais formal que produzem conclusões do tipo: “o português brasileiro é uma língua que pode ser tipologicamente caracterizada como uma língua voltada para o discurso” (NEGRÃO, 2001).

Não vamos questionar o conceito de “discurso” apresentado pela autora nem entraremos no mérito da implícita tese de que exista alguma língua não voltada para o discurso — embora pensemos, de fato, que seja bem mais plausível propor o contrário. É louvável, todavia, essa afirmação¹ feita por Negrão, uma vez que reconhece, de alguma forma, que uma teoria de gramática descritiva leve em consideração fatores do nível da significação ou do discurso.

¹ Negrão refere-se à tipologia de língua voltadas para o discurso ou para a sintaxe, considerando o Princípio de Projeção Estendida, da Teoria Gerativa.

Ainda de forma mais enfática, teorias de orientação funcionalista preconizam que as formas linguísticas são mesmo motivadas pelo discurso, dentro da concepção de que a língua é, antes de tudo, um instrumento de interação social, de acordo com Pezatti (2007, p. 169). A mudança de perspectiva que aí se percebe é pertinente ao olhar que se produz sobre a língua, desta vez sem a limitação de se explicar a estrutura pela estrutura; em vez disso, propõe-se discutir em que medida a significação se reflete nessas mesmas estruturas.

Sobre as teorias que partem da significação para descreverem a língua, não é só o discurso que mantém vínculos com a sintaxe, mas também a semântica e a pragmática — níveis de análise que, como o discurso, são substancialmente sociais. Van Valin (2008) cita uma série de trabalhos feitos nessa interface e mostra quão particularizadas são as teorias produzidas sobre sintaxe de modo geral. Adotamos, como princípio, um modelo teórico que toma a língua em funcionamento como ponto de partida. “A enunciação, enquanto acontecimento de linguagem, se faz pelo funcionamento da língua”. Sobre isto, Dias (2009, p. 5) afirma: “o funcionamento da língua se dá, não pela mobilização dos individuais linguísticos, mas pela relação que as formas linguísticas em latência contraem com o domínio de memória no acontecimento.” Os estudos enunciativos se definem como tais por analisarem enunciados, o que significa que os fatos gramaticais se explicam por se constituírem em enunciados, e não em sentenças produzidas isoladamente. Postulamos que a língua possui as formas que possui na medida em que elas se mobilizam por relações simbólicas. Assumimos, também, que a sintaxe se concebe a partir de dois planos, segundo Dias (2006):

o plano da organicidade e o plano do enunciável. O plano da organicidade não é autônomo, porque a materialidade linguística não tem base primária de identidade física... Os ‘objetos lingüísticos (...) não ganham identidade a partir de uma projeção de sua dimensão material. É na relação com o plano do enunciável que esses objetos ganham identidade. (DIAS, 2006, p. 5)

A materialidade linguística é apreensível pelas relações de articulação entre o enunciável e o orgânico, que se processam contingencialmente em regularidades. As regularidades, por sua vez, não se colocando como regras², advêm do cruzamento da instância da memória com a instância da atualidade, o que vale dizer que a língua possui uma força convergente de retrospecção a uma virtualidade e, ao mesmo tempo, uma força divergente de ancoragem no

² As regularidades advêm dos usos, ao passo que as regras os antecedem. Optamos, dessa forma, por nos referir a regularidades, que descrevem os fenômenos linguísticos de uma forma menos categórica.

presente da enunciação, que ressignifica o dizer produzindo diferenças. Dias (2009) afirma: “por ser latente, a memória da língua ‘pode ser sempre outra coisa, para isso bastando que outras enunciações a façam derivar, mesmo que imperceptivelmente’”. (GUIMARÃES, 1996, *apud* DIAS, 2009, p. 4). Este trabalho procura explicar, propriamente quanto ao nosso objeto de estudo, como a memória interfere na sintaxe, em paralelo às atualizações promovidas pelos enunciados enquanto acontecimentos de linguagem.

Objetivos

Nesse contexto teórico apresentado, temos como objetivo geral: definir fundamentos enunciativos da determinação nominal. Quanto aos objetivos específicos, destacamos:

- Definir *formação nominal* como uma categoria enunciativa de base temática;
- Repensar o estatuto do conceito de *substantivo*, com base nas noções de acontecimento e encapsulamento;
- Propor a perspectiva de que o processo de determinação nominal se configura por retirar os nomes da condição virtual de generalidade, refutando-se a visão tradicional de que eles produzem demandas de completude;
- Reformular o conceito de *complemento nominal*, de acordo com a noção de reencapsulamento;
- Reformular o conceito de *adjunto adnominal*, tomando-se como hipótese o fato de que se trata de um lugar sintático que tem a função enunciativa de *regulação*;
- Argumentar sobre a ideia de que a determinação nominal ultrapassa as fronteiras do tradicional sintagma nominal, produzindo-se também no nível do enunciado.

Procedimentos

Para o desenvolvimento desta pesquisa, fizemos um levantamento bibliográfico sobre o tema de estudo e questionamos, segundo nossas hipóteses, conceitos pertinentes à

delimitação da classe dos substantivos e das categorias de determinação nominal. Após testarmos sua aplicabilidade por meio de dados da língua em uso, propusemos conceitos de bases enunciativas, com vistas a eliminar as lacunas que identificamos nos trabalhos analisados.

Como subsídio para nossa análise, optamos por adotar um *corpus* de natureza flexível, visando garantir, ainda que não inteiramente, um efeito de coesão linguística em torno dos fenômenos descritos. Nesse sentido, mostrou-se de grande valor o uso da internet, em razão da facilidade de se conseguir um bom número de dados, com aplicação à discussão teórica proposta. A maior parte deles foi retirada do acervo online do jornal Folha de S. Paulo e do Twitter, sem distinção de contextos de maior ou menor formalidade. Nos casos em que esses dados não puderam ser encontrados, mas, ainda assim, seriam relevantes para a discussão, foram deliberadamente criados, contanto que pudessem constituir, de fato, enunciados possíveis.

Sobre o estatuto dos exemplos³ Dias (2006) desenvolve uma exposição a respeito do modo como as gramáticas geralmente os apresentam, muitas vezes com a concepção de uso ‘exemplar’. Os exemplos podem efetivamente verificar e atestar propostas teóricas, mas podem também motivá-las *a priori*, num caminho contrário. Em razão disso, cremos na maior eficiência de um *corpus* híbrido, que supra essas duas limitações. Nossa proposição se resume na seguinte consideração:

Os exemplos não aparecem aleatoriamente no texto, mas são convocados para constituir um conjunto de exemplos. Nasce daí o conceito de exemplos-colméia. Dentro desse conceito, exemplos elaborados para um fim específico de demonstração ganham ancoragem em exemplos efetivamente realizados. (DIAS, 2006 p. 52)

Diante da verificação dos dados, em associação a conceitos que reflitam regularidades e, ao mesmo tempo, singularidades de usos, esta pesquisa se propõe a dar direcionamentos suficientemente coerentes quanto ao comportamento sintático-semânticos dos nomes, ainda que de forma não definitiva.

³ Os exemplos que apresentamos, como dados, constituem nosso *corpus*.

CAPÍTULO 1

A FORMAÇÃO NOMINAL

1.1. Introdução

Neste capítulo, tratamos da classe dos *substantivos*, na Tradição Gramatical e na linguística moderna, como ponto de partida para conceituarmos o que denominamos de *formação nominal*. Para isso, fazemos um levantamento de definições presentes em algumas gramáticas e, posteriormente, mostramos a relação entre substantivos e a ideia de *referência*. Por fim, utilizamos os pressupostos teóricos da Semântica da Enunciação para discutirmos as bases de uma nova abordagem para a classe em questão, a propósito da noção de *acontecimento*, e passamos a distinguir *nomes* (substantivos) de *formação nominal*.

1.2. Problematizando o conceito de *substantivo*

Benveniste (1988), em estudo sobre a constituição da frase nominal, faz referência à existência dessa construção sintática em um variado número de línguas, tanto nas atuais e mais conhecidas, quanto nas línguas clássicas e minoritárias. O linguista parece sugerir que a expressão nominal, ou o conceito de nome, é algo quase que universal, especialmente quando considerada a oposição entre a classe dos nomes e a classe dos verbos.

Antes de tecer considerações sobre a frase nominal propriamente dita, Benveniste (p. 64) conduz uma reflexão a respeito da forma como os estudos tradicionais de linguagem conceituam as duas classes anteriormente citadas, o que nos interessa de perto. Ele afirma que “as definições propostas se restringem em geral a uma das duas que seguem: o verbo indica um *processo*; o nome, um *objeto*; ou ainda: o verbo implica o *tempo*; o nome não implica”. [p. 164]

Essas definições, segundo o autor, além de serem incompletas, apresentam certos problemas que precisam ser considerados de um ponto de vista semântico. Primeiramente, o autor considera falha a designação para nomes e verbos como, respectivamente, objetos e processos, uma vez que estas não são categorias do mundo, mas da língua. A língua projeta tais categorias sobre a natureza, como uma forma de interpretação dessa mesma natureza. Um falante nativo estaria sujeito, assim, a interpretar *cavalo* como objeto e *correr* como um

processo, porque o primeiro é um nome, e o segundo, um verbo.⁴ [cf. p. 165]. A definição é paradoxal para Benveniste, pelo fato de ela não prever, com clareza, se uma categoria é substantivo por designar objetos ou se algo é um objeto por ser classificado, na língua, como um substantivo. Dando sequência à análise, o autor apresenta alguns dados que ilustram como é fluida a distinção entre verbos e nomes com base nesses critérios apresentados. Vejamos alguns deles: Em Hupa (Oregon): Nañya (= ele desce) → “chuva”; nilliñ (= ele escorre) → “riacho”; naxówilloi (= ele está atado ao redor dele) → “cinto”. Em zuni, yätokä (= sol) → “atravessar”. O que se observa é que, em muitas línguas, nomes são designados com referência a processos. A noção de “rio”, ilustrativamente, estaria relacionada ao processo de “escorrer”. O contrário também pode acontecer. Benveniste cita exemplos de substantivos que podem ser conjugados, como hani.l, “a casa”; hani.pī.l, “a casa no passado” (= o que era uma casa e não o é mais), o que permite a conclusão, ao menos para a língua em questão, de que a categoria *tempo* não é exclusiva dos verbos.

As teorias linguísticas que propõem descrições gramaticais atentam-se para a necessidade de definir, com precisão, os conceitos das classes de palavras e das funções sintáticas. A respeito dos substantivos, grande parte das gramáticas tradicionais apresentam, corriqueiramente, conceitos que mantêm, entre si, uma mesma ideia, a de que substantivos são as palavras que dão nomes ao seres, designando-os. Tal definição possui certo grau de eficiência, mas não deixa de sugerir certa vagueza a propósito da concepção de “ser” e do processo de designação. A partir de uma pesquisa em gramáticas da língua portuguesa ou em textos relacionados, encontramos certos conceitos que, não obstante serem também vagos, apresentam informações importantes a respeito da classe dos substantivos. Listaremos algumas delas.

Conforme já adiantamos, encontramos: “Substantivo é a palavra com que designamos ou nomeamos os seres em geral” (CUNHA, 1975, p. 187). Essa concepção remonta à visão clássica dos gregos, como explicita Neves (2004, p. 51): “Por definição, o nome é imagem e, como tal, não deve nem pode assemelhar-se totalmente à coisa, pois assim seria seu duplo, não sua imagem, e não se distinguiria dela.”. Tais proposições afiliam-se à visão de que a

⁴ Não concordamos com Benveniste acerca dessa separação que ele vislumbra entre as categorias da língua e as categorias do mundo. É certo que língua e mundo são duas realidades muito diferentes, mas o homem não tem acesso às categorias do mundo sem que seja por um viés linguístico. A linguagem procura descrever o mundo, mas antes de tudo o (re)cria segundo um olhar historicamente constituído. Trataremos desse ponto no item 2.

língua reflete o mundo, ainda que de forma “incompleta” e não totalmente semelhante . A classe dos substantivos se prestaria, assim, a denotar as coisas que existem. Essa definição pode ser eficiente para se referir aos protótipos de substantivos, especialmente os que se deixam perceber facilmente pelos sentidos do homem ou que podem representar algo que se constitua facilmente como um ser. Exemplos: cachorro, Deus, pedra, água. No entanto, existem substantivos de percepção menos concreta que escapam à ideia de ser, como *demissão*, *movimento*, *saudade*. Nesse sentido, alguns gramáticos chamam atenção para a classificação dessas palavras como substantivos abstratos. Para além destes, poderíamos pensar em nomes como *inexistência*, *ausência*, *vazio*, que, além de serem abstratos, representam, antes de tudo, a negação de *ser*. Em Amorim & Dias (1999, p.242) encontramos um exemplo que também desafia a ideia de ser, retirado de um texto que narra e comenta uma partida de futebol. Esse texto apresenta a expressão *pênalti não marcado*, sobre a qual Amorim e Dias comentam: “A expressão *não marcado* designa que o pênalti não foi registrado na história enquanto ser, isto é, que o juiz não marcou, uma vez que a autoridade máxima dentro de um campo de futebol é o juiz.”

A dificuldade de classificar os substantivos se deve à amplitude de sua categoria, haja vista o grande número de seus exemplares que existem na língua e de suas subclasses mais frequentes — comuns, próprios, concretos, abstratos, simples, compostos, contáveis, não-contáveis, etc. Não é didática e assertiva, por esse motivo, a ligação que se faz entre os *substantivos* e o conceito filosófico de *ser*. A classe das preposições, por exemplo, é mais previsível e limitada, assim como suas propriedades, portanto mais facilmente conceituável. Mas os substantivos, que parecem constituir a classe gramatical mais ampla, em decorrência do processo classificatório da língua, possuem propriedades semânticas mais diversas.

Lima (1972, p.66), seguindo uma proposta semelhante à de Cunha, aponta que “substantivo é a palavra com que designamos os seres em geral, e as qualidades, ações, ou estados, considerados em si mesmos, independentes dos seres com que se relacionam”. Aqui vemos uma vagueza acerca da distinção entre *seres em geral* (1) e *qualidades, ações, estados* (2), assim como uma falta de paralelismo de uma grande generalização em (1) para o apontamento de casos mais específicos em (2). Certas palavras como *novo*, *cantar* e *saudável* designam, respectivamente, uma qualidade, uma ação e um estado, porém podem ser analisadas, na sequência, como adjetivo, verbo e adjetivo. Não sabemos responder se são consideradas em si mesmas (?); parece confusa essa ressalva. Outro questionamento: em que

medida se dá a independência dos seres com que se relacionam? Não é dado pelo autor um contexto que possa fundamentar tal asserção.

Bechara (1999, p. 112), fazendo uma alusão lógica e valendo-se de um critério mais intuitivo, preconiza: “substantivo é a classe de lexema que se caracteriza por significar o que convencionalmente chamamos objetos substantivos, isto é, em primeiro lugar, substâncias (homem, casa, livro) e, em segundo lugar, quaisquer outros objetos mentalmente apreendidos como substâncias, quais sejam qualidades (brancura, bondade), estados (saúde, doença), processos (chegada, entrega, aceitação).” Vemos aqui uma inovação a respeito da apreensão mental de objetos tomados como substância, o que, no entanto, poderia ser explicado com maior precisão. Apreender algo como substância talvez sugira uma estabilidade de associações; no caso dos nomes, noções mais fixas de significação, a se considerar que os nomes podem evocar um potencial de referência.

Castilho (2010, p. 455), em gramática recentemente publicada, também faz alusão à etimologia de *substantivo* e explicita “que a classe significa, literalmente, ‘o que está embaixo, na base’”. Com esse termo, os gramáticos da antiguidade propunham que os substantivos são o fundamento do texto, pois não se pode, ao menos em princípio, construir um texto sem que se utilize tal classe. Dessa explicação, depreende-se um critério discursivo para a delimitação dos substantivos, que se distancia daquele primeiro critério, apontado anteriormente, de vinculação com o conceito de ser.

Discursivamente, essa ideia apresentada por Castilho nos leva a vislumbrar que a categoria representaria, pois, um ponto de partida para o dizer, perspectiva que interessa à Semântica da Enunciação. Nessa mesma linha de raciocínio, uma gramática de Língua espanhola (Bosque & Demonte *et alli*, 2003, p. 80), em seção dedicada ao estudo dos nomes, insere uma reflexão sobre os substantivos comuns e próprios, associando, para os primeiros, a ideia de que se trata da categoria gramatical que expressa o pertencimento das coisas a alguma classe e, para os segundos, a identificação de uma coisa entre os demais elementos de sua classe. Feita essa associação, a reflexão prossegue e apresenta a seguinte inferência: “as coisas possuem nomes precisamente porque estabelecemos uma relação predicativa sobre elas, no sentido de que pertencer a um conjunto de entidades que possuem características em comum é parte essencial de sua natureza...”.

Consideramos vaga essa noção de pertencimento a uma classe, uma vez que não parece aplicável, por exemplo, a grande parte dos substantivos de estado ou ação, como

“caos”, “mudança”, “caminhada”. Vislumbramos, porém, uma aproximação entre *relação predicativa e ser o fundamento do texto*, conforme apresenta Castilho. Voltaremos a explorar esse ponto mais adiante.

Mira Mateus *et alli*, (2003, p. 210), ao discutirem o estatuto dos nomes — substantivos — acrescentam uma introdução ao estudo da referência, conceito desenvolvido inicialmente por Frege, entre os séculos XIX e XX. É apresentada a seguinte definição: “Os nomes são categorias linguísticas caracterizáveis semanticamente por terem um **potencial de referência**, isto é, por serem utilizados numa situação concreta de comunicação, com uma função designatória ou de nomeação.” (grifo dos autores). Entendemos que esse conceito apresenta uma grande contribuição aos estudos linguísticos, uma vez que, além do fato de a ideia de referência não ter sido desenvolvida, da forma como podemos entendê-la hoje, pela tradição gramatical, ele representa uma propriedade semântica particular dos substantivos, muito embora também seja atrelada, de maneira diferenciada, a proposições, a adjetivos e à classe dos pronomes. As proposições podem ser referenciais quando apresentam um conteúdo existencial; os adjetivos, ao identificarem metonimicamente particularidades dos substantivos, trazem parte da referência deles; e os pronomes também são referenciais, mas com a condição de pressuporem os nomes. Assim, fica mais evidente que possuir referência é uma característica primordial da classe dos substantivos.

Trabalhos mais recentes também procuram incluir o estudo dos substantivos dentro do conceito de referência, entre eles o de Perini (1996) e o de Castilho (2010), citado anteriormente. Na seção seguinte, exploraremos a teoria da referência, com base nos pressupostos da Semântica da Enunciação, e proporemos mais adiante um conceito para os substantivos explorando as noções de *acontecimento e memória*.

1.3. O estatuto semântico da referência

Os estudos em Semântica tomam a teoria da referência como um importante ponto de reflexão acerca da relação entre linguagem e mundo, o que é de interesse não só da Linguística, de forma geral, mas também da Filosofia. É notável, por exemplo, como apontamos anteriormente, a vinculação da ideia de *ser* com a tentativa de conceituação do substantivo, desde tempos remotos, a princípio com Aristóteles e outros filósofos.

A referência, tal como se entende tradicionalmente, designa o conceito mediador entre uma palavra ou expressão linguística e um objeto ou estado-de-coisas do mundo exterior, chamado de *referente*. Segundo Lyons (1980, p. 145), o termo referência “tem a ver com a relação existente entre uma expressão e aquilo que essa expressão designa ou representa em ocasiões particulares da sua enunciação.”. Se dissermos, por exemplo: *Árvores são verdes*, temos o elemento *árvores* como referente, ou seja, trata-se de um objeto do mundo (ou de um mundo possível) que possui características peculiares, e a relação entre esse objeto e a língua é mediada pela referência. Falar de referência parece implicar, de certa forma, pressupor a noção de existência, como indica Lyons:

o locutor pode, em certas ocasiões, falar de coisas de cuja existência (em qualquer sentido de ‘existência’) não está certo. O máximo que porventura se pode dizer é que o locutor, ao usar uma expressão referencial singular definida, se vincula, pelo menos temporária e provisoriamente, à crença na existência de um referente que satisfaz a sua descrição, e convida o auditor a fazer o mesmo. (LYONS, 1980, p. 152)

Essa concepção de existência pode ser concomitante à referência produzida pela linguagem, mas não é uma condição, como mostraremos a seguir.

Nem todo ato de linguagem apoia-se em um referente previamente dado. *Está chovendo* seria uma possibilidade de asserção cujos elementos não são encontrados no mundo — embora aconteçam nele como fenômeno. Se, diferentemente, fosse empregada a palavra *chuva*, aí sim haveria a identificação de um referente, como apreensão estática denominativa. Raciocínio semelhante pode ser aplicado a uma sentença como *A guerra durou dez anos*, em que não se fala propriamente de algo do mundo concreto (guerra), mas de um estado-de-coisas que esse termo evoca.

É importante a observação de que essa proposta de análise se baseia em duas concepções básicas: 1) a de que o mundo exterior é algo distinto e independente da linguagem; 2) e a de que os referentes inseridos em descrições devem satisfazer a condições de verdade para serem considerados como corretos. Apresentaremos, agora, argumentos que nos permitirão fazer algumas ressalvas a essas duas concepções.

As diferenças classificatórias presentes nas línguas podem ilustrar, em certa medida, como a realidade do mundo não é exatamente estanque, isto é, independente da realidade da linguagem. A linguagem é, antes de tudo, uma perspectiva de leitura do mundo, de tal forma que suas formas são criadas em conformidade com percepções peculiares de uma suposta realidade objetiva — que por sua vez é imperceptível senão por meio da linguagem.

Um exemplo curioso diz respeito ao modo como os idiomas registram as cores do espectro da luz visível. Em Português, verde e azul são cores distintas, mas há notícias de idiomas que as consideram tons de uma mesma cor. A cor branca, particularmente, é aceita em Português em tonalidades variáveis; para uma comunidade de esquimós, todavia, cada tonalidade recebe uma designação especial, o que indica que as noções vinculadas às palavras são construídas historicamente, algumas mais gerais, outras mais específicas, variando de língua para língua. Elas também se alteram com o tempo.

A ideia de “mundo exterior” não é, pois, substancialmente independente da linguagem. Se fosse independente, os fenômenos do mundo deveriam refletir-se igualmente em todas as línguas. Mas, em vista do exposto, as coletividades de indivíduos possuem realidades culturais que as fazem criar uma percepção particularizada do mundo. Nesse sentido, a linguagem procura sustentar efeitos de exterioridade, até porque ela procura referenciar o mundo, contudo essa exterioridade não pode ser fundamentalmente objetiva.

A esse respeito, Ducrot (1984, p. 419) assevera:

Qualquer enunciado, seja de que tipo for, trata (ou melhor, pretende tratar) de um universo diferente daquilo que se declara pensar ou desejar acerca dele. Digamos, a palavra não se apresenta, não se pode apresentar, como criadora. Pelo contrário, exige ser posta em confronto com um mundo que possua realidade própria (mundo ‘este’ e realidade ‘esta’ que podem ser muito diferentes daquilo que se chama ‘o’ mundo ou ‘a’ realidade) (...). O referente de um discurso não é, assim, como por vezes se diz, ‘a’ realidade mas sim a ‘sua’ realidade, isto é, o que o discurso escolhe ou institui como realidade.

O autor acrescenta uma explicação sobre enunciados ficcionais — que, por definição, não têm um vínculo com o mundo objetivo — e afirma que estes também se sustentam em um efeito de realidade pressuposta. A ficção, comumente estudada na literatura, é um processo que faz parte da língua como um todo, a se considerar que os discursos fazem parte da natureza criativa da linguagem. A linguagem, por sua vez, não estabelece com o mundo condições de verdade. Evidência disso são os discursos criados acerca de um mesmo item lexical. Se pensarmos, por exemplo, nas múltiplas construções referenciais feitas em torno da pessoa de Jesus Cristo, veremos que, para os cristãos, Jesus é Deus que se fez carne; para os judeus, essa perspectiva é negada, e Jesus não é considerado o Messias prometido; para os muçulmanos, diferentemente, Jesus foi um bom profeta, no entanto inferior a Maomé. Esse exemplo mostra como um mesmo referente pode ter sua natureza questionada, o que nos leva

a considerar que a constituição da referência depende diretamente das condições de enunciação em que é produzida, e não exatamente da ligação com o mundo.

De acordo com a Semântica da Enunciação, a língua é um produto de natureza sócio-histórica, e os fenômenos de linguagem devem ser explicados com base na consideração de que a sociedade produz demandas diversas de significação que se refletem na língua, demandas estas sujeitas a se alterarem no decorrer do tempo.

Nessa mesma direção, Guimarães (1996, p. 22) postula: “a enunciação é o lugar de funcionamento movimentado pelo interdiscurso, pela memória do dizer. A língua aparece, assim, exposta ao interdiscurso, isto é, a língua está exposta a uma memória dizível.”. Podemos dizer, então, que as formas da língua são o que são pela história de suas enunciações. A referência surge como produto da designação da língua, decorrente da relação de determinação entre os elementos linguísticos. É, assim, posterior à articulação dos sentidos das palavras. Resume a perspectiva enunciativa o seguinte trecho:

a referência se constitui na relação entre a atualidade do dizer, na qual se estabelecem as articulações e se representam os enunciadores, e o domínio histórico desse dizer, que é resgatado pelos recortes na rede interdiscursiva realizados por um locutor a partir de seu lugar sócio-histórico.” (DIAS & LACERDA, 2009, p. 7).

Toda essa reflexão que fizemos sobre a teoria da referência contribui para o entendimento do conceito de substantivo, pelo fato de que possuir referência é uma propriedade particular dessa classe ⁵. A construção da exterioridade pela língua, como um efeito, conforme apontamos anteriormente, categoriza referentes por meio do acontecimento enunciativo. Enunciar significa pôr em funcionamento um interdiscurso, que é ativado pela memória. Na língua portuguesa, é a classe dos substantivos que opera nessa função de trazer para a enunciação os referentes interpretados na memória. Por exemplo:

(1) saiu; ainda; que; com; pois; forte; os; dois

são palavras que não mantêm vínculo com o mundo criado pela enunciação, uma vez que não são predicáveis, ou seja, não são capazes de abandonar um estado latente de memória para se

⁵ É sabido que os pronomes também são palavras de conteúdo referencial, mas em substituição aos nomes (substantivos). A referência dos pronomes é contextual e não opera na instância da memória interdiscursiva.

atualizarem num ato de linguagem, a não ser em uso metalinguístico. Itens como os que citamos em (1) só poderiam ser predicáveis enquanto elementos da língua: “A palavra *saiu* é um verbo conjugado”, “*Que* é uma palavra de muitos valores sintáticos”. Nesses casos, as palavras não estão sendo usadas, mas mencionadas, como bem sinaliza o emprego de itálico ou de aspas.

A sentença a seguir é um exemplo de construção em que um dado lugar sintático só pode ser ocupado por um substantivo, pelo fato de que um ato enunciativo, como *fazer uma reflexão sobre*, exige um referente, que designa um elemento de relevância histórica. Pelo que percebemos, as classes gramaticais que ocupam o lugar sintático do substantivo não podem exercer a função que ele exerce:

(2) * Pensei em fazer uma reflexão sobre

saiu. ainda. que. com. pois. forte. os. dois.
--

Façamos um contraste com esta sentença:

(3) Pensei em fazer uma reflexão sobre

saída. paixão. força. pessoa. pedra. divulgação. caos. inexistência.

Trata-se de uma frase possível, desde que inserida em um enunciado efetivo da língua, ao contrário da frase (2). É bem verdade que os substantivos em (3) têm uma referência insuficiente, mas com o diferencial de poderem, por meio de recursividade, ser especificados por determinantes:

(4) a triunfal saída de Joana
intensa paixão de Marcos por Carla

força animal
pessoa que chegou aqui ontem
pedra usada na construção da cabana
divulgação da notícia pelo jornal
misterioso caos do universo
inexistência de fantasmas

Especificar o substantivo, conforme mostramos em (4), significa produzir um recorte mais bem definido para o dizer, isto é, delimitar o potencial referencial do nome possibilita a identificação de um ponto de partida para o discurso, o que não ocorre com a especificação de outras classes de palavras, como o verbo:

(5) * Pensei em fazer uma reflexão sobre saiu de Belo Horizonte ontem à noite.

A expressão *saiu de Belo Horizonte ontem à noite* denota um evento apenas, sem que se constitua como um referente, uma vez que não é predicável. Já os nomes elencados em (4), juntamente com seus especificadores, formam, cada um deles, um referente de descrição mais definida.

1.4. A distinção entre *classe* e *função*

A Linguística vem tentando esclarecer mais um ponto confuso da gramática tradicional, relativamente à distinção entre classes e funções. Para isso, determina dois parâmetros de análise: o paradigmático e o sintagmático, parâmetros aos quais pertencem, respectivamente, as classes e as funções. As classes são dadas por generalizações feitas sobre um item lexical, de tal modo que este, em estado de dicionário, possui um feixe de traços capazes de distingui-lo de outro item lexical. Perini et alli (1998, p. 6), em estudo sobre o sintagma nominal, afirmam: “O estabelecimento de classes é essencial para a formulação de generalizações, e portanto para a elaboração da análise. E, por outro lado, as classes só fazem sentido dentro de uma análise.”.

Vemos, diante disso, que as classes se distinguem das funções pelo efeito da generalização, mas, ao mesmo tempo, subordinam-se a elas pelos usos da língua; aliás, é verdadeiramente no uso que as categorias linguísticas se colocam de forma efetiva. Pensar em um substantivo, dessa forma, é, antes de tudo, vislumbrar um conjunto de expressões em que o substantivo se mostre como tal.

Perini argumenta sobre a necessidade de incluir os substantivos na classe dos nominais, juntamente com os adjetivos. A proposta se deve à constatação da proximidade entre itens substantivos e itens adjetivos, haja vista podermos elencar uma série de termos que, nos enunciados, podem ter função *referencial* ou *qualificativa*, nos termos do autor. Assim, itens como “amigo”, “doce”, “mau”, além de muitos outros, têm um comportamento ambíguo:

- (6) Comprei um doce na confeitaria. (SUB)
- (7) Diabéticos devem evitar alimentos doces. (ADJ)

- (8) Maria é uma pessoa amiga. (ADJ)
- (9) Meu melhor amigo se mudou da cidade. (SUB)

- (10) O homem mau merece castigo. (ADJ)
- (11) Os maus são egoístas por natureza. (SUB)

Temos de considerar, de fato, que um grande número de itens lexicais se comportam como substantivos ou adjetivos, mas não todos, em princípio. É incomum, por exemplo, pensar “copo” como adjetivo ou “tranquilo” como substantivo, em razão da dificuldade de encontramos sentenças que configurem tal uso.

A distinção entre classes e funções é relevante, e o trabalho de Perini procura apontar diretrizes objetivas a esse respeito. Nosso foco, no entanto, não é delimitar de forma definitiva a classe dos substantivos, mas, especificamente, discutir a formação nominal. Para focarmos nossa perspectiva, vamos citar um trecho de um texto de Sousa Dias (1995, p. 89), baseado na filosofia de Deleuze, que, não obstante não tratar diretamente de gramática, tem muito a contribuir com a análise dos fatos linguísticos. Afirma a autora:

O conceito deve dizer não a essência ou a coisa, mas o acontecimento. As verdadeiras entidades filosóficas, segundo Deleuze, não são essências, seres gerais, mas os eventos puros, a pura evenemencialidade das coisas: despromoção da ontologia.

Isso nos sugere que as classes devem ser entendidas no sentido de representarem um potencial de uso, o que se apreende pelas enunciações das quais as palavras participam. A formação nominal, por sua vez, não sendo classe, função ou sintagma, representa uma apreensão da unidade linguística do ponto de vista de enunciativo, com um potencial temático. Na seção

seguinte, apresentaremos o conceito de formação nominal. Por ora, problematizamos a classificação tradicional das palavras, com base na observação de que qualquer classe de palavra, e não só os tradicionais *substantivo* e *adjetivo*, pode ser tomada como uma formação nominal, pela propriedade da nominalização:

- (12) Correr faz bem à saúde
- (13) O amanhã é inapreensível.
- (14) “Com” pode sugerir ideia de companhia.

Correr, nesse caso, não é usado como verbo, mas antes como um nome. Não é à toa que a gramática tradicional reconheça, aí, um tipo de oração chamada de *substantiva*, o que significa que essa oração exerce a função que um substantivo exerceria em seu lugar. No caso de *amanhã*, o uso de artigo faz parte de um processo de substantivação desse advérbio, que passa a não indicar uma circunstância de tempo, mas a sugerir o sentido de *futuro*, seu equivalente nominal: “O futuro é inapreensível”. Na terceira sentença, a palavra entre aspas não está sendo usada, mas mencionada, como o nome de uma preposição: “A preposição *com* pode sugerir ideia de companhia”.

Essa propriedade de mudança de classe, isto é, a possibilidade de qualquer palavra poder ser usada como nome, não vale para outras categorias de modo geral. Não se encontra, por exemplo, uma preposição ou um artigo que sejam tomados por adjetivos ou verbos. Mas com relação ao nome, essa especificidade se mostra. Podemos, em tese, tomar quaisquer classes de palavras, ou até mesmo expressões inteiras, como formações nominais.

1.5. O nome e formação nominal

Depois de traçados alguns percursos relacionados à semântica do substantivo com base na noção de referência e depois de questionarmos a distinção entre classes e funções, resta-nos convocar os pressupostos teóricos da Enunciação numa tentativa de conceituarmos *formação nominal* de uma maneira, ainda que não definitiva, suficientemente coerente.

Para isso, vamos nos valer das noções pertinentes ao acontecimento de linguagem, que representa o funcionamento da língua como um produto social e simbólico. Nessa perspectiva, são consideradas as instâncias pelas quais se efetivam os fenômenos linguísticos; uma delas é a instância da memória, aquela que serve de sustentação das significações e dos sentidos que percorrem enunciações, paralelamente à instância da atualidade, qual seja a dos

processos de evolução dos enunciados numa ancoragem com o tempo presente, em que há constante renovação dos discursos produzidos. Para que ocorra essa atualização, são essenciais o efeito de repetição das cenas enunciativas criadas pelos locutores — de vez que as formas linguísticas necessitam de recorrência para se estabelecerem como tais — e o efeito da diferença, o que significa que essas mesmas formas linguísticas adquirem novas conotações ao longo do tempo. A título de exemplificação dessa teoria sobre o funcionamento da linguagem, inspirada em grande parte nas reflexões filosóficas deleuzianas, façamos a análise dos sentidos vinculados ao nome *perna de pau*.

A acepção mais usual desse substantivo, registrado em quaisquer dicionários da língua portuguesa, diz respeito ao tipo de membro artificial (prótese) destinado a suprir uma perna natural, extirpada por algum motivo. Por associação, esse nome também se presta a designar a pessoa a quem falta uma perna ou que tem uma perna defeituosa, o que, por evidência, acontece em razão da recorrência desse nome em cenas enunciativas que guardam uma relação com essa primeira acepção. Para além de tais cenas enunciativas, *perna de pau* também designa, pejorativamente, em linguagem desportiva, o jogador de futebol de má qualidade. A partir desta última acepção, de forma mais genérica, *perna de pau* pode se referir a uma pessoa desajeitada em algum trabalho. E, por fim, também por associação ou extensão de sentido, designa uma ave abundante na América peculiarmente conhecida por ter longas pernas cor de rosa.

Esse exemplo serve de evidência para o fato de que o sentido não é inerente à língua autonomamente. O nome *perna de pau*, ao ser usado uma vez, adquire uma conotação inicial que pode se preservar ou se expandir à medida que os falantes se apropriam dele em cenas enunciativas futuras e à medida que tais cenas ganham historicidade. A historicidade desse termo como “prótese” é diferente, por exemplo, de sua historicidade como nome de uma ave. Em realidade, é importante destacar que o sentido existe na relação entre a língua e a regularidade de dizeres instaurados pelos locutores, o que se dá pela propriedade da *repetição*, com possíveis e previstos efeitos de *diferenças*. Ainda sobre esse exemplo que acabamos de citar, nota-se que, anteriormente à formação do composto *perna de pau*, são composicionais as acepções dos nomes *perna* e *pau*, tomados por si sós, que já convocam uma memória de enunciações anteriores.

Guimarães (2002, p.11) apresenta uma perspectiva que relaciona enunciação e acontecimento, o que se sustenta por meio de elementos constitutivos, dentre os quais se destaca a *temporalidade*. Afirma o autor:

algo é acontecimento enquanto diferença na sua própria ordem. E o que caracteriza a diferença é que o acontecimento não é um fato no tempo. Ou seja, não é um fato novo enquanto distinto de qualquer outro ocorrido antes no tempo. E o que caracteriza como diferença é que o acontecimento temporaliza.

O processo de temporalização, conforme preconiza Guimarães, não diz respeito à entrada dos sujeitos locutores na enunciação, mas se dá pela própria constituição do acontecimento, que se projeta para uma futuridade, abrindo possíveis leques de interpretação, ao mesmo tempo em que se reporta a uma memória previamente estabelecida.

Por exemplo, uma sentença como “*Declaro o réu culpado*” somente se estabelece num ato presente de enunciação pelo fato de que existe um compartilhamento de significação, na instância da memória, entre seus interlocutores, a propósito do conteúdo “réu ser culpado”. Evidência disso são os antecedentes processuais que levam um juiz a declarar uma sentença como tal. O efeito de futuridade, por sua vez, é referente aos desdobramentos ou às consequências dessa declaração, que representa uma perspectiva de enunciação; na perspectiva do juiz, o réu é culpado, mas poderia não o ser sob o ponto de vista do advogado do réu.

O exemplo nos remete ao fato de que falar de *acontecimento* envolve, ao mesmo tempo, falar da linguagem e do mundo e, acima de tudo, das relações entre ambos. De acordo com uma pertinência de distinção ou semelhança entre os dois tipos de acontecimentos, aqueles se dizem acontecimentos do mundo aparecem quando dicotomizamos *linguagem* e *mundo*. Ocorre que temos o discurso como intermediário nessa relação, o que sinaliza o conseqüente imbricamento desses dois elementos. Isso quer dizer que, quando temos o acontecimento de linguagem, isto é, quando enunciamos, já houve uma discursivização do mundo; portanto, não acessamos o mundo diretamente, mas através dos discursos que se cruzam e se solidificam em direções reiteradas. Na situação que apresentamos, declarar *réu ser culpado* é um agenciamento de linguagem que se reflete diretamente na historicidade do mundo.

Os enunciados se recriam a todo instante. A recriação, como atualização, é um processo de alimentação da memória interdiscursiva, constitutiva de uma instância virtual da língua. Nos termos de Deleuze (2006, p.298):

a atualização do virtual (...) sempre se faz por diferença, divergência ou diferenciação⁶. A atualização rompe tanto com a semelhança como processo, quanto com a identidade como princípio. Nunca os termos atuais se assemelham à virtualidade que eles atualizam.

Esse comentário sugere a não estabilidade das formas linguísticas, do ponto de vista das condições peculiares de cada cena enunciativa, bem como as alterações a que essas formas se sujeitam ao ganharem historicidade, uma vez que a atualização representa, em certa medida, a possibilidade de mobilidade de sentidos, em conformidade com os elementos específicos dos acontecimentos em que estão inseridos. Achard (1999), ao tratar da relação entre memória e implícitos, conduz um raciocínio semelhante, embora não utilize, especificamente, a nomenclatura de Deleuze. O autor aponta que o processo de diferença é possibilitado pelo processo de repetição da unidade formal das palavras.

Cada nova co-ocorrência dessa unidade formal fornece então novos contextos, que vêm contribuir à construção do sentido de que essa unidade é o suporte. Mas para poder atribuir um sentido a essa unidade, é preciso admitir que suas repetições — essas repetições — estão tomadas por uma regularidade. (ACHARD,1999, p.14)

Com isso, são dados, em suma, os elementos que particularizam a natureza de um acontecimento enunciativo, como o lugar abstrato em que ocorrem os fenômenos da língua. Citamos, de acordo com sua respectiva relevância, os elementos *memória*, *atualidade*, *temporalidade*, *diferença*, *repetição*, *virtual* e *regularidade*, os quais podem representar instâncias ou processos.

Toda essa exposição teórica se justifica pela vinculação que propomos entre o *acontecimento enunciativo* e as propriedades das formações nominais (a que chamaremos de **formação nominal**, ou **FN**). Acontecer, como já expusemos, envolve fenômenos do mundo e, antes de tudo, mobilizações da linguagem, ao se fazerem afirmações sobre as coisas. Foucault (2010) faz uma reflexão sobre a gramática de Port-Royal e, baseando-se em Condillac, propõe que

⁶ Existe uma sutil distinção entre “diferençação” e “diferenciação”. A primeira forma, sem “i”, refere-se à atualização de um elemento, que não é diferente por ser diferente, mas por apresentar diferenças a partir de uma igualdade constitutiva.

o verbo afirma, isto é, indica que o discurso, onde essa palavra é empregada, é o discurso de um homem que não somente concebe os nomes, mas os julga. Há proposição — e discurso — quando se afirma entre duas coisas um liame de atribuição, quando se diz que isto é aquilo. (FOUCAULT, 2010, p. 131)

Nesse sentido, os nomes (ou as FNs) fazem parte dos discursos com o propósito de serem afirmados, ou de acontecerem enunciativamente. Sobre a formação nominal, que representa o acontecimento do nome, apresentamos agora um conceito de base enunciativa:

A formação nominal é toda categoria linguística que, na enunciação, carrega um potencial de **afirmação**, ou seja, trata-se de palavras ou expressões que podem servir de base temática para serem afirmadas pelos verbos, como unidades do dizer historicamente relevantes.

A formação nominal, por constituir uma unidade enunciável, remonta ao virtual da língua, dentro de uma memória de usos, ao possibilitar a mobilização de sentidos que a identifiquem entre os sujeitos interlocutores. Enunciar é, assim, pôr em evidência uma forma linguística, que passa a agregar novas conotações nas repetições dos enunciados. Dias (2011) entende a formação nominal como um “centro de referência no enunciado” e afirma que “as determinações contraídas pelo nome (...) apresentam as condições de recebimento dos traços de atualidade advindos da construção da temática na sua relação com o mundo contemporâneo” (DIAS, 2011, no prelo). Vejamos um exemplo em torno do núcleo nominal *homem*, que, ao ser enunciado, constitui uma FN, agregando sentidos diferenciados:

(15)

- a. O *homem* / não vive só de pão.
- b. *Homem* / tenta roubar cabos de energia em SP e morre eletrocutado.
- c. O *homem* / procura um princípio em nome do qual possa desprezar o homem.
- d. O *homem* / se humaniza pelo trabalho.
- e. *Homem* / também chora.
- f. *Homem* / cai no rio Arrudas e é socorrido.
- g. *Homem* / dança cinco dias para quebrar recorde.

Cada uma dessas afirmações, materializadas nos verbos das sentenças, é pertinente a um evento particular. As formações nominais, construídas em torno do nome *homem*, operam da seguinte forma: associam uma memória de sentidos desse item lexical a um referente instalado pela enunciação, seja ele um indivíduo (como em “f” e “g”) ou uma classe de indivíduos (como em “a”, “c”, “d” e “e”).

Ao contrário do que afirmavam e afirmam até hoje gramáticas mais tradicionais, o nome (e, assim, a formação nominal) não designa um “ser”, mas uma categoria de referência

da enunciação, que possui uma base temática de afirmação. Amorim e Dias (1999) desenvolveram uma estrutura que explica a perspectiva que adotamos:

Pedro falou do (s) _____
Pedro falou da (s) _____
Pedro escreveu sobre a (s) _____
Pedro escreveu sobre o (s) _____

Com essas estruturas, podemos dizer que:

- (a) Pedro falou do *amor*
- (b) Pedro falou do *pênalti* não marcado
- (c) Pedro escreveu sobre a *inexistência* de leito nos hospitais
- (d) Pedro falou da *ausência* de seu pai
- (e) Pedro escreveu sobre a *falta* de verbas para a saúde
- (f) Pedro falou da *negação* do visto de seu passaporte

Segundo o nosso estudo, o termo que preencher esse espaço em branco seria o objeto temático da fala. (AMORIM & DIAS, 1999, p. 242)

Assumimos que “ser o objeto temático da fala”, nos termos dos autores, é um critério de definição eminentemente enunciativo, que se aplica, antes de tudo, às formações nominais, uma vez que afirmações podem ser feitas não só sobre palavras, mas até mesmo sobre expressões inteiras. Sobre esse ponto, cabe o questionamento: qual é, afinal, a distinção entre *nome* e *formação nominal*? Sob o ponto de vista enunciativo, não há distinção, já que tanto os nomes como também as formações nominais se definem por seu potencial afirmativo. A distinção é tão somente a seguinte: a formação nominal não é classe de palavra, mas uma categoria enunciativa. E o nome, como classe de palavra, define-se por encapsular acontecimentos. Na próxima seção, apresentaremos o conceito de *encapsulamento*.

1.6. O encapsulamento

Como categoria de afirmação, o nome produz recortes de referência. Mondada e Dubois (2003, p. 34-35) afirmam que “a discretização do mundo em categorias não é dada absolutamente *a priori*, mas varia segundo as atividades cognitivas dos sujeitos que operam com elas”. Essa abordagem, cognitivista, procura descrever a referenciação na linguagem, distanciando-se da perspectiva que se prende aos valores de verdade do mundo. Prosseguem os autores:

ao nível elementar da segmentação do mundo em categorias, os objetos não são dados segundo as ‘propriedades intrínsecas do mundo’, mas construídos através dos processos cognitivos dos sujeitos aplicados ao mundo concebido como um fluxo contínuo de estímulos. (MONDADA & DUBOIS, 2003, p. 34-35)

Concordarmos com os autores quanto ao fato de que as categorias não são propriedades do mundo, mas são construídas pelos sujeitos. Diríamos, porém, que não é o mundo que estimula os sujeitos, e estes, com sua cognição, passam a categorizá-lo. Vislumbramos como foco as práticas sociais. Estas representam um olhar fundamentado historicamente sobre o mundo. Os locutores, aqueles que põem a língua em funcionamento, produzem estímulos de significação por meio de suas práticas sociais. A cognição, a nosso ver, participa desse processo, respondendo pelas atividades de processamento da linguagem e do pensamento. Não é, porém, motivadora dos acontecimentos. É, antes, um instrumento.

Os acontecimentos de linguagem, definição própria da enunciação, mobilizam relações entre as palavras e as coisas como temas de enunciações anteriores. Como tais, estão sujeitos a se repetirem e, portanto, a se atualizarem. Nesse sentido, os nomes, decorrentes das demandas de afirmação, categorizam esses acontecimentos, o que chamamos de *encapsulamento*. A título de ilustração, vejamos uma ocorrência típica de encapsulamento:

- (16) O presidente eleito decidiu indicar pessoas de sua confiança para as posições-chave do governo. A **decisão** terá implicações complexas.

O nome *decisão* recupera o fato descrito na primeira oração, tematizando-o, ou seja, inserindo-o em uma categoria de afirmação. É um exemplo de nominalização⁷. O conceito de encapsulamento, em certa medida metafórico, sugere um processo de compactação linguística de acontecimentos em torno de um item lexical, como o do enunciado anterior, em função de sua designação ou afirmação. Isso quer dizer que uma classe de palavra resume conteúdos a serem enunciados. Em (16), o acontecimento expresso no primeiro período é resumido pelo nome *decisão*. Mas vamos um pouco mais além. Em verdade, palavras e expressões, que procuram organizar os objetos do mundo (visíveis ou não) são também acontecimentos. Vejamos exemplos de acontecimentos, expressos pelas formações nominais entre colchetes:

- (16) Todos esperamos uma coisa: [que você volte logo para sua casa].

FN

- (17) [Financiar um veículo] implica altas taxas de juros, sobretudo no Brasil.

FN

- (18) [O fato de uma lente ser convergente ou divergente] depende apenas da forma da lente.

FN

- (19) [Fumar] mata aos poucos.

FN

⁷ Entendemos que a nominalização é um tipo de encapsulamento.

São formações nominais porque são passíveis de afirmação nesses enunciados. Afirmações sobre acontecimentos circunstanciais: que você volte logo para sua casa; financiar um veículo; o fato de uma lente ser convergente ou divergente; fumar. No caso de “financiar” (17) e “fumar” (19), trata-se de palavras que deixaram de ser usadas propriamente como verbos para serem usadas como formações nominais. Evidência disso é ausência de personalidade atribuída a esses infinitivos. Dias & Pereira (2008, p. 34) afirmam que a personalidade se prende à “possibilidade de se recuperar a participação de personagens na cena enunciativa descrita pelo enunciado.”. Assim, existem construções em que o infinitivo pode ter personalidade especificada, generalizante ou pode ser impessoal, como mostram os dados dos autores:

Comprar no All Mart é barato

-leitura pessoal generalizante

Você comprar no All mart é barato, mas eu comprar no All Mart é caro, pois minhas compras são menores, e a diferença recairia no combustível gasto para deslocamento.

-leitura pessoal especificadora

Comprar é uma atividade que todos fazem ou farão um dia.

-leitura impessoal

(DIAS & PEREIRA, 2008, p. 47)

A personalidade se manifesta na presença de um sujeito verbal genérico (você comprar, eu comprar, o consumidor comprar, a dona de casa comprar, etc.) ou de um sujeito específico (você comprar...), o que se justifica pelo grau de pontualidade da cena enunciativa. No caso da ausência de personalidade, o infinitivo verbal encapsula um acontecimento que se reitera como prática social, tornando-se uma formação nominal, que poderia ser parafraseado da seguinte forma: *o ato de comprar todos fazem ou farão um dia*. A formação nominal se constitui, pois, por uma demanda temática.

Certos acontecimentos, ao se repetirem nas enunciações, recebem designação através de uma palavra: temos então um nome. O nome (substantivo) é uma unidade encapsuladora de acontecimentos. Dado o enunciado

(20) José deu gritos e pulos de alegria ao saber que ganhou na loteria

identificamos um acontecimento: dar gritos e pulos de alegria. Por ter pertinência histórica, ou seja, por representar uma prática social, esse tipo de acontecimento pode ser encapsulado por uma palavra, por exemplo, *catarse*. *Catarse* designa alguma reação dramática que uma pessoa pode ter quando está muito emocionada. A repetição é, assim, importante para que acontecimentos ganhem relevância histórica. Se tivéssemos, ficticiamente, a situação

(21) José sentou-se no chão, abriu os braços e olhou para o céu ao saber que ganhou na loteria poderíamos dizer que se trata de uma *dicinécia*. Mas esse acontecimento não adquiriu pertinência histórica, nem ao menos se repetindo, e deixa de ser, portanto, encapsulado. Não é à toa que a palavra *dicinécia* não existe na memória da língua portuguesa, tendo sido criada apenas a título de ilustração.

O encapsulamento é um processo básico na constituição da língua. Elementos ditos como concretos, materiais, são também acontecimentos, ao serem categorizados, segundo um olhar sócio-histórico, pela linguagem. Façamos uma análise, baseada em conceitos:

ÁGUA:

Massa líquida que cobre mais de 2/3 da superfície da Terra.

Este é um conceito do dicionário, baseado no seguinte acontecimento: cobrir 2/3 da superfície da Terra. A Química produz um olhar diferenciado:

ÁGUA:

Substância líquida composta por dois átomos de hidrogênio e um de oxigênio.

Temos, então, outro acontecimento, sustentado cientificamente. Na mitologia, a perspectiva seria diferente, produzindo um acontecimento ficcional:

ÁGUA:

Na mitologia grega (Hídros), é a entidade que aparece para salvar a Terra, Gaia, que estava sendo queimada por Píros, o fogo.

Esses exemplos servem para mostrar que os objetos que existem no mundo também acontecem, já que passam por categorização linguística. Com base na máxima existencialista de que a “a existência precede e governa a essência”, de autoria de J.P. Sartre, assumimos que a existência é o acontecimento por excelência, ou seja, as coisas somente podem acontecer porque existem. Os conceitos do dicionário nada mais fazem do que mostrar o modo como essas categorias existem / acontecem na historicidade das práticas sociais. Vejamos mais exemplos:

CADEIRA:

Móvel que serve de assento para uma só pessoa, com encosto e quatro pernas, às vezes com braços.

Acontecimento:

- Construiu-se um móvel, para servir de assento para uma só pessoa, que possuía encosto e quatro pernas.

- Ser móvel, servir de assento para uma só pessoa, ter encosto com quatro pernas, às vezes com braços.

GREVE: Cessação voluntária e coletiva do trabalho, decidida por assalariados para obtenção de benefícios materiais e/ou sociais, ou para garantir as conquistas adquiridas e ameaçadas de supressão. Por extensão de sentido: cessação temporária e coletiva de quaisquer atividades, remuneradas ou não, em protesto contra determinado ato ou situação.

Acontecimento:

- O trabalho cessou voluntária e coletivamente, por decisão dos assalariados, que visavam   obtenção de benefícios sociais.
- Cessar voluntária e coletivamente o trabalho, por decisão dos assalariados, visando-se   obtenção de benefícios materiais.

IMIGRAÇÃO: Entrada de indivíduo ou grupo de indivíduos estrangeiros em determinado país, para trabalhar e/ou para fixar residência, permanentemente ou não.

Acontecimento:

- Indivíduo estrangeiro entrou em determinado país para trabalhar e fixar residência.
- Indivíduo estrangeiro entrar em um país para trabalhar e fixar residência.

ÁRVORE: Vegetal lenhoso de porte muito variável, que apresenta um caule principal ereto e indiviso, o tronco, e que emite ramificações a uma altura também variável, sempre distantes do solo, e formadoras da copa.

Acontecimento:

- Existe um vegetal lenhoso que apresenta um caule principal ereto e indiviso e que emite ramificações a uma altura, formando uma copa.
- Ser vegetal lenhoso, apresentar um caule principal ereto e indiviso, emitir ramificações e formar copa.

Cada item lexical conceituado evidencia um recorte enunciativo do mundo, a partir de um acontecimento potencial. Este se refere à origem do cont udo do item lexical, que parte, inicialmente, de uma concepção existencial. Se adquire pertinência histórica, o acontecimento se reitera (repete), produzindo referência. Com relação aos nomes apresentados, o acontecimento é designado tanto por um verbo em estado finito quanto por um verbo no infinitivo, para mostrar o aparecimento da pertinência histórica. A designação da referência do acontecimento,   medida que este vai se reiterando,   condensada, ou encapsulada, em um nome, o que permite que a língua sintetize as informações pertinentes ao enunciado. Por

exemplo, o nome *cadeira* sintetiza a informação “servir de assento para uma só pessoa...”, por uma necessidade comunicativa de economia. Nesse sentido, é ilustrativo, sob uma conotação metafórica, o conceito de Bechara (2000) citado no início deste capítulo, que relaciona a classe dos substantivos à ideia de *substância*.

Dos nomes que apresentamos, *árvore* e *cadeira* são exemplos que mostram a organização de acontecimentos em torno de entidades materiais do mundo, para além de seu conteúdo no plano do significado, enquanto *greve* e *imigração* são nomes que se afastam, em princípio, de uma materialidade possível. Independentemente dessa materialidade, os acontecimentos encapsulados pelos nomes se dão por recorrência histórica, vinculando-se a infinitivos. Sobre isso, Sousa Dias afirma:

Os verbos infinitivos são devires ilimitados. (...) Se os infinitivos “morrer”, “amar”, “mexer”, “sorrir”, etc., são acontecimentos, é porque há neles uma parte cuja consumação não basta para realizar, um devir em si mesmo que não pára ao mesmo tempo de nos esperar e dos preceder como uma terceira pessoa do infinitivo, uma quarta pessoa do singular. (1995, p. 95)

Como devires ilimitados, os infinitivos, e, assim, todo e qualquer acontecimento, abrem-se a novos direcionamentos de sentido, com a possibilidade de se vincularem a uma pessoa gramatical virtual — simbolicamente, uma quarta pessoa do singular. A exemplo do nome *greve*, encapsulador do acontecimento *cessar voluntariamente um serviço em atitude de protesto*, há um contexto inicial próprio de instâncias corporativas do mercado de trabalho. Esse sentido, no entanto, como o próprio dicionário já sinaliza, pode estender-se, como no enunciado a seguir:

(22) Minha máquina de lavar roupas não quer funcionar; está fazendo greve.

Mostramos, pois, que os nomes encapsulam acontecimentos. Ao se atualizarem, os nomes produzem diferenças de sentido para se adequarem a uma situação de enunciação. São responsáveis por essas diferenças as categorias de determinação, que têm propriedades diferentes entre si. Vamos propor, no capítulo 3 desta dissertação, uma análise para essas categorias. Mas antes, no capítulo dois, faremos uma análise dos estudos de determinação já existentes.

CAPÍTULO 2

ESTUDOS SOBRE A DETERMINAÇÃO NOMINAL

2.1. A abordagem tradicional dos estudos sintáticos

Vamos problematizar o que a tradição gramatical definiu como *complementos*, em referência aos termos integrantes da oração, e como *adjuntos*, termos acessórios da oração. De acordo com essa proposta, há entre integrantes e acessórios uma hierarquia de importância dentro do sintagma, ou de maior ou menor nexos com o termo ao qual essas categorias se associam. A tradição, nesse viés, definiu como complementos verbais os termos que, supostamente, completam o sentido transitivo dos verbos e, como complementos nominais, os termos que completam o sentido transitivo dos nomes, quais sejam substantivos, adjetivos e advérbios. Os adjuntos, por sua vez, são os termos que especificam, determinam, a significação de verbos ou nomes, mas que não são por eles “exigidos”, na perspectiva dos gramáticos.

Ocorre que, não obstante, muitas vezes, a falta de critérios para esses estudos tradicionais, concebe-se mais facilmente, ainda que de forma intuitiva e não suficientemente satisfatória, a distinção entre *complemento verbal* e *adjunto adverbial* do que entre *complemento nominal* e *adjunto adnominal*. Essa dificuldade se justifica, sobretudo, por uma coincidência de aspectos formais, uma vez que, em se tratando das palavras e das expressões que determinam substantivos, há locuções adjetivas (preposição + substantivo) que funcionam como adjuntos adnominais, assemelhando-se aos sintagmas preposicionados que funcionam como complementos nominais.

Rocha Lima (2002, p. 241 e 242) apresenta a seguinte explicação:

“copo <i>de vinho</i> (adjunto)	<i>invasão da cidade</i> (complemento)
rosa <i>com espinhos</i> (adjunto)	conversa <i>com o pai</i> (complemento)
e introduz esta análise:	

“Como, pois, fazer a distinção?”

A diferença consiste em que os substantivos do primeiro grupo (copo, rosa) são intransitivos; ao passo que os do segundo grupo (invasão, conversa) admitem emprego como transitivos – o que somente pode acontecer:

a) Com o substantivo abstrato de ação, correspondente ao verbo da mesma família que exija objeto (direto, ou indireto), ou complemento circunstancial:

1. inversão da ordem (cf. inverter a ordem – objeto direto)
2. obediência aos pais (cf. obedecer aos pais – objeto indireto)
3. ida a Roma (cf. ir a Roma – complemento circunstancial)

b) Com o substantivo abstrato de qualidade, derivado de adjetivo que possa usar-se transitivamente:

certeza da vitória (cf. certo da vitória);
fidelidade aos amigos (cf. fiel aos amigos).”

Em nota de pé de página posterior a essa explicação, o gramático afirma que se afigura como perturbadora e até supérflua a distinção entre complemento nominal e adjunto adnominal, bem como não deixa de reconhecer quão vago é o conceito que ele próprio introduziu sobre a (in) transitividade dos nomes, referente ao que vem a ser de fato um nome intransitivo ou um nome usado transitivamente.

Cunha (1975, p. 150), baseando-se em um critério temático, diz que “o complemento nominal representa o alvo para o qual tende um sentimento, disposição ou movimento, e desempenha em relação ao nome o mesmo papel que o complemento verbal em relação ao verbo”. O adjunto adnominal (p.158), por sua vez, é definido como “o termo de valor adjetivo que serve para especificar ou delimitar o significado de um substantivo, qualquer que seja a função deste”.

Essa perspectiva abriu espaço a que outros autores, visando a uma proposta mais didática, interpretassem alguns casos de adjuntos adnominais como sendo representados por agentes, em confronto com o complemento nominal, que, paralelamente ao complemento verbal, muitas vezes alvo do processo verbal, designaria também um alvo, só que em relação ao nome. Infante (1985, p. 389), por exemplo, pondera que os complementos nominais são exigidos pela transitividade do nome a que se ligam; indicam, portanto, o paciente ou alvo da noção expressa pelo substantivo. Já os adjuntos adnominais indicam o agente ou o possuidor da noção expressa pelo substantivo, conforme o exemplo:

(23) Os investimentos da iniciativa privada em educação e saúde deveriam ser proporcionais aos lucros de cada empresa.

Nessa frase, o sintagma *da iniciativa privada*, como agente, classifica-se, segundo essa concepção, como adjunto adnominal, e o sintagma *em educação e saúde*, alvo do substantivo, como complemento nominal.

É recorrente a tentativa de distinção desses dois termos, ademais, pelo critério da exigência ou da dispensa, de tal modo que, em “A *invasão da cidade* assustou a todos”, a expressão “da cidade” é exigida pelo substantivo *invasão*, supondo-se que, se há *invasão*, há *invasão* de algum lugar, haja vista o paralelismo dessa exigência em relação ao verbo *invadir*, que é construído com um complemento. Já em “Meu tio comprou um cavalo *de raça*.”, a expressão “de raça” não é exigida pelo substantivo “cavalo”, uma vez que “cavalo” não é necessariamente de alguma coisa e é perfeitamente inteligível a frase “Meu tio comprou um cavalo.” Portanto, nesse sentido, o adjunto pode ser retirado da sentença, ao contrário do complemento. Tal é a análise comumente feita de acordo com a hierarquia dos termos da oração.

Vianna (1983, p.102), propondo uma simplificação de análise entre complemento e adjunto adnominal, evidencia a fragilidade desse critério de dispensa, mostrando que termos reconhecidos como adjuntos não podem, em muitos casos, ser retirados das sentenças, como em “Li o livro *de Pedro* mas não li o livro *de João*” (Li o livro, mas não li o livro (?)) e termos reconhecidos como complementos podem não fazer falta à oração, como em “Você não deve ter medo *de fantasmas*”, “Você não deve ter medo”. Gostaríamos de nos ater um pouco ao trabalho desta autora, que faz uma análise perspicaz dos trabalhos gramaticais que procuraram conceituar complementos nominais e adjuntos adnominais.

De acordo com Vianna, gramáticas espanholas, notadamente dos autores Manuel Seco, Ureña, Gili Gaya e Jesús, utilizam a nomenclatura *complemento nominal* para se referir à determinação ou à ampliação do significado que os nomes recebem, sem fazerem distinção entre complementos e adjuntos. A gramática de Gili faz uma abordagem histórica desse tema, mostrando que, em Latim, os determinantes nominais eram expressos pelos casos genitivo e ablativo, com a particularidade de que este se referia a quaisquer relações temáticas associadas ao nome, ao passo que aquele denotava, principalmente, ideias de *propriedade*, *posse*, *matéria*, além de outras.

Correspondentes em língua espanhola:

Genitivo: casa *de Pedro* / virtudes *del sacerdote* / reloj *de oro*

Ablativo: casa *con dos puertas* / un viaje *en tren* / mi salida *de Cuba*

Na língua italiana, a análise da determinação guarda semelhanças com a análise das gramáticas espanholas, segundo os trabalhos de Pernicone e Pittàno, por exemplo. Vianna aponta que se definem complementos do nome o complemento atributivo, representado pelo adjetivo, a aposição (que possui ligação direta com o nome) e o complemento preposicionado.

Os complementos preposicionados são classificados em categorias diferentes pelo fato de, não obstante serem semelhantes na estrutura, apresentarem “valores” diferenciados. São arroladas as seguintes categorias: a) complementos de especificação, b) complementos partitivos, c) complementos de denominação, d) complementos de origem ou procedência, e) complementos de meio, f) complementos de qualidade, g) complementos de fim, h) complementos de argumento, i) complementos de matéria. Tal diferença classificatória ocorre, pois, não no nível da estrutura, mas no nível semântico, de acordo com a interpretação que se fizer do determinante nominal. Questionamos se essas categorias são suficientes ou se algumas delas não podem abarcar outras; por exemplo: qual a distinção fundamental entre *matéria* e *qualidade*? Entendendo-se qualidade como propriedade inerente a um objeto ou ser, com base na própria definição do dicionário, não pode matéria ser uma propriedade de um objeto? Qual a diferença entre especificativos e partitivos? Sugerir a conotação de “parte” não é, também, uma forma de especificação? Realmente não nos parece clara essa distinção.

Observação que vem ao encontro do questionamento que acabamos de fazer é a de Perini (2010, p. 151), a respeito do desconhecimento que temos da lista de papéis temáticos, se é que ela existe: “Há muita incerteza quanto à lista dos papéis temáticos necessários para descrever a língua, e também quanto à forma de representá-los.”. Ademais, os próprios gramáticos analisados por Vianna mostram que a classificação é de difícil apreensão. Paraphraseando-os, a autora afirma (p.15): “Mencionam ainda os autores uma série de outros complementos que não serão levantados, porque o seu valor se relaciona de tal maneira, que são permitidas análises.”

Os estudos aplicados à língua francesa diferem em poucos pontos dos dois estudos anteriores que citamos. Os gramáticos franceses (Ferdinand Brunot e Grevisse) utilizam a designação *complemento determinativo do substantivo* para se referir, de modo geral, a todo tipo de expressões que se ligam aos substantivos e que, dessa forma, podem expressar relações temáticas diversas, a exemplo das preconizadas pelos gramáticos italianos. De

maneira mais específica, os complementos que guardam um paralelismo com as funções sintáticas de sujeito e objeto recebem uma designação especial — complemento determinativo objeto e complemento determinativo subjetivo:

L'obésissance aux lois
OBJETO
L'arrivée d'un train
SUJEITO

Aponta-se também a possibilidade de o sintagma preposicionado ser substituído por um pronome possessivo:

Mon arrivée / Son retour.

Depois de analisar a determinação nominal em espanhol, italiano e francês, Vianna acrescenta o comentário segundo o qual se trata de propostas de análise sintática práticas e didáticas, apesar de certas características peculiares de cada uma delas, e mostra que determinantes nominais tidos como não-obrigatórios pela tradição portuguesa também são necessários em sentenças como:

Menino está ferido.
Frutas são maduras.
Automóvel caiu em rio.

A ausência de artigo causa certa estranheza na interpretação das sentenças, especialmente quando os nomes não têm um sentido geral.

Quanto às gramáticas de língua portuguesa, especialmente brasileiras, Vianna faz uma extensa análise de obras anteriores à NGB e expõe, de forma clara, quão confusas são as nomenclaturas adotadas por elas na análise sintática. A autora analisa várias outras obras gramaticais e livros didáticos e demonstra, reiteradas vezes, que o critério predominante utilizado pelos autores é o da hierarquia sintática, ou seja, a definição dos termos essenciais, integrantes e acessórios da oração. Nessa linha de raciocínio, os referidos autores costumam utilizar o falho critério da dispensabilidade para classificarem uma expressão como complemento nominal ou adjunto adnominal, como se adjuntos pudessem ser simplesmente retirados dos enunciados de que fazem parte. A autora, criticando esse posicionamento,

explicita exemplos de sentenças em que a ausência de adjuntos comprometeria seriamente a interpretação da proposição e deixa claro, dessa forma, que a análise sintática não é eficiente se baseada nessa perspectiva. É fato que palavras, expressões e sintagmas estão sujeitos a estabelecerem vínculos mais ou menos fortes uns com os outros — haja vista que os acontecimentos enunciativos produzem diferenças especiais de significado —, o que, definitivamente, porém, não pode ser explicado com base na simples ausência ou presença de um termo.

Outra proposta que os gramáticos fazem é a das palavras de significado *relativo* ou *absoluto*, para mostrarem se um substantivo requer ou não um complemento. Trata-se de uma constatação pertinente, visto que as palavras têm mesmo extensões referenciais de maior ou menor grau: o nome *amor*, por exemplo, sugere um *experienciador* (aquele que ama) e um *objeto estativo* (aquele que é amado); o nome *tijolo*, por sua vez, não traz informação sobre um *experienciador* ou *objetivo estativo*.

Contudo, a definição dessas duas categorias é simplória sob a verificação de que não é possível conferir previsibilidade a todas as situações de uso nas quais as palavras podem não tão somente ter significado relativo ou absoluto. Citemos alguns exemplos:

(24) A **música** *Cotidiano*, de Chico Buarque, foi escrita em 1971.

(25) *My Way* é uma versão da **música** *Comme d'Habitude*.

(26) Não posso dizer que tenho uma **música** preferida.

(27) Carol gosta mais de **música** gospel do que de MPB.

(28) **Música** faz bem à alma.

É nítido que, em (24), empregou-se *música* em sentido relativo, com a conotação de especificidade: cita-se o nome da música e o compositor. Em (28), ao contrário, o termo é empregado em sentido absoluto, de conotação geral, até porque ele não aparece determinado por nenhum elemento sintático; quer-se dizer que a música, como arte, faz bem à alma. Com relação às sentenças (25), (26) e (27), diferentemente, não se pode afirmar que o nome música tenha sido usado de forma absoluta OU relativa. A sentença (25) é menos específica que (24), já que não fornece a informação do compositor; (26), também trazendo a conotação de música como canção, indefine o nome da canção e o compositor, como informações que não fazem parte do enunciado. E (27) se refere a música como gênero, ganhando mais generalidade do que nas sentenças anteriores, ao mesmo tempo em que é mais específica do que (28). Nota-se, pois, a existência de um contínuo que parte de um sentido mais específico (relativo) para um

sentido mais geral (absoluto). Isso evidencia que a dicotomia apresentada não pode ser eficiente para prever o uso de tradicionais complementos nominais. Cada enunciado possui uma demanda de determinação, que não depende exatamente do nome que é núcleo da determinação. Vejamos mais um exemplo:

(29) Foram entregues os $\left(\begin{array}{c} \text{livros} \\ \text{obras} \\ \text{recursos} \\ \text{trabalhos} \\ \text{volumes} \end{array} \right)$ solicitados.

A possibilidade de substituir *livros* por qualquer um dos demais nomes listados abaixo dele, em uma aproximação de conteúdo, parece sugerir que o enunciado seleciona o determinante *solicitados*. Esses exemplos mostram que estudar a determinação sob a perspectiva de que nomes “exigem” complementos e dispensam adjuntos é como analisar a língua em estado de dicionário, com base em informações lexicais. A análise dos enunciados contraria tal perspectiva.

2.2. Estudos de sintaxe formal

Estudos linguísticos de orientação gerativista têm feito esforços para distinguirem complemento de adjunto, mas também de maneira ainda sombria, como na gramática tradicional. Miotto *et alli* (2005) explicitam muito vagamente a noção de complemento, postulando que se trata da relação de irmandade com um núcleo X, por ele subcategorizado. Distinguem complemento de especificador (não problematizam a diferenciação entre complemento e adjunto) afirmando que este não é subcategorizado pelo núcleo X e que, dessa forma, não há entre eles uma relação de irmandade.

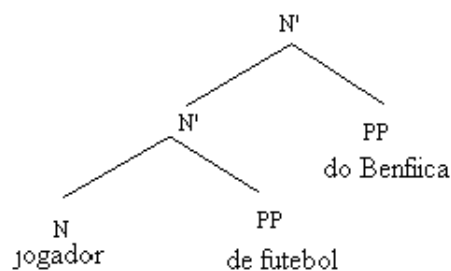
Raposo (1992, p.168) faz uma afirmação semelhante: “Um complemento é um constituinte subcategorizado por itens pertencentes a uma das categorias lexicais X°.” Adiante, trata da diferença entre adjuntos e complementos e faz uma aplicação ao estudo dos nomes, dizendo que em:

(30) Um jogador [de futebol] *do Benfica*.

(31) Um estudante [de linguística] *da Universidade de Lisboa*.

(32) A caixinha [de música] *da Alexandra*.

os elementos entre colchetes figuram como complementos dos nomes sublinhados pela proximidade com o núcleo N (*Jogador do Benfica de Futebol) e pela correspondência que, respectivamente, possuem com verbos e seus complementos verbais: *jogar futebol*, *estudar linguística*. Exceto o nome *caixinha*, que, por sua vez, não é um nome deverbal. A despeito da análise essencialmente formal, o próprio autor reconhece, referindo-se a esse substantivo, que “sua relação semântica com o nome é suficientemente forte para nos permitir assumir (no quadro presente da nossa discussão) que também aí existe subcategorização” (RAPOSO, 1995, p. 168). Dessa forma, cabe aqui perguntar se a relação de complementação é estrutural ou semântica. Ademais, como distinguir a relação de complementação da relação de adjunção? A configuração da estrutura abaixo pode ser, então, entendida como suficiente à distinção dos termos?



Pode-se perguntar, ainda, se, nas sentenças a seguir, por exemplo, o nome *caixa*, em destaque, continua sendo um subcategorizador, já que não materializa e nem mesmo deixa implícito um termo que possa ser complemento.

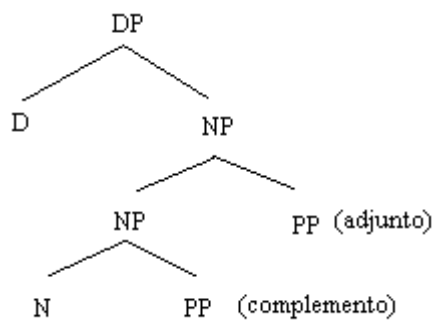
(33) Pedro colocou o livro numa **caixa**, junto com outros.

(34) A **caixinha** que ele comprou tinha outras **caixinhas** dentro.

Liberato (1997, p.6) faz uma crítica ao posicionamento desse autor quanto à ordem dos constituintes dentro do sintagma, sobre o exemplo de Raposo, apontando para a gramaticalidade da sentença:

(35) Foram dispensados um jogador do Benfica de Futebol e outro de Basquete.

A anteposição do sintagma preposicionado *do Benfica* ao *de Futebol* não causa estranheza de interpretação e configura um uso possível da língua, principalmente porque este último sintagma é posto em contraste com o sintagma que lhe é posterior. A autora procura



Depreende-se dessa definição que são, pois, necessárias três condições para a identificação de um complemento:

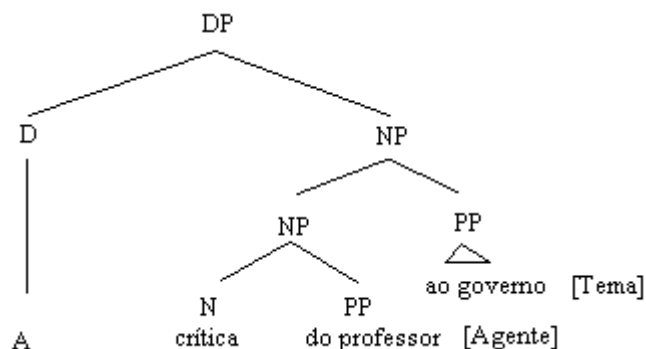
- (i) receber papel temático atribuído pelo nome;
- (ii) ser subcategorizado por esse nome e
- (iii) ocupar a posição de irmão desse nome.

O adjunto se distingue do complemento pelos critérios seguintes:

- (i) não é subcategorizado pelo nome;
- (ii) não ocupa a posição de irmão do nome e
- (iii) pode ter papel temático atribuído por preposição.

Silva analisa algumas frases, aplicando a definição acima, e propõe uma configuração na estrutura arbórea para a seguinte frase:

(39) A crítica do professor ao governo foi muito comentada.



Acrescenta o comentário de que “não existe relação de dependência local entre o N e o PP₂, que contém o DP com função- Θ Tema. Pode-se dizer que o DP Tema não se inclui num PP subcategorizado pelo N, de modo que o PP₂ vai ocupar uma posição de adjunção a NP. Diante desse comentário, colocam-se as seguintes questões:

- a) que argumentos podem justificar que o PP₂ — ‘ao governo’ — não é, supostamente, subcategorizado pelo nome *crítica*, sendo que, segundo os próprios fundamentos da gramática gerativa, existe uma correspondência entre o verbo transitivo — possuidor de complemento — e seu nome deverbal? Em outras palavras, se o verbo *criticar* pede complemento com papel temático de tema, de modo que quem critica, critica alguma coisa, por que é que o tema ligado ao nome *crítica* teria estatuto de adjunto? Apenas por uma questão de posição na estrutura arbórea?
- b) Por outro lado, o PP “ao governo” seria analisado como complemento, em (40), a seguir, por ser irmão de N, diferentemente da situação anterior?

(40) A crítica [ao governo] mobiliza constantemente a mídia.

A sentença em (41), com alternância de preposição, também contradiz a análise de Silva:

(41) A crítica ao governo pelos sindicalistas mobiliza constantemente a mídia.

Parece-nos que a restrição para a aceitação da possibilidade de dupla ordem dos sintagmas preposicionados dessa sentença se prende muito mais a uma questão de ambiguidade do que propriamente a uma relação de dependência sintática com o núcleo nominal:

(42) A crítica do governo **dos** sindicalistas mobiliza constantemente a mídia.

Gostaríamos de selecionar outro tópico abordado por Silva, quanto à atribuição de papel temático. Não entendemos como procedente a proposição segundo a qual os nomes, como predicadores, atribuam papéis temáticos aos determinantes. O argumento para essa refutação é a constatação de que um sintagma preposicionado pode, potencialmente, receber uma multiplicidade de papéis temáticos se estiver descontextualizado, ou seja, fora de um enunciado. Segue um exemplo:

(43) foto de Brigitte Bardot

- Posse [ela tem uma foto]
- Paciente [ela foi fotografada]
- Agente [ela fotografou]

Seguem, agora, possibilidades de enunciados que selecionam, respectivamente, cada um desses papéis temáticos:

(44) Uma equipe de jornalistas se surpreendeu com uma foto de Brigitte Bardot, encontrada em sua residência. A foto era uma montagem com a imagem de cada um dos homens com quem a atriz se envolveu ao longo da vida. (**Posse**)

(45) A foto de Brigitte Bardot foi colocada em uma moldura de acrílico por Marlene, sua mãe. Na foto, a atriz aparece usando um lindo vestido vermelho. (**Paciente**)

(46) Um museu de Paris organizou uma exposição de fotos tiradas por artistas diversos. A foto de Brigitte Bardot foi a mais comentada, por retratar uma paisagem muito peculiar. (**Agente**)

Teríamos a dizer a esse respeito que os nomes guardam uma memória de enunciados em que aparecem atrelados a certo papel temático em especial. Dessa forma, não cremos que o critério temático seja relevante para a distinção entre complementos e adjuntos.

Abordemos, por fim, um último aspecto do trabalho de Silva, quanto à vinculação das funções sintáticas ao seu ordenamento sentencial. Na expansão sintagmática do nome e da caracterização dos complementos e adjuntos, encontram-se dados em que nomes deverbiais, para os quais é reconhecida a “exigência” de um complemento, que supostamente ocuparia a posição de irmão de um núcleo X, não aparecem na estrutura sintática juntamente com seu complemento. Nem por isso deixa de haver nexo de sentido entre eles. Os exemplos a seguir evidenciam esse contraste:

- (47) A **exibição** *daquele filme* chamou atenção de todos.
Aquele filme está em **exibição** nos melhores cinemas.
- (48) O **juízo** *das propostas* suscitou reflexões diversas.
As propostas que receberam **juízo** suscitaram reflexões diversas.
- (49) Todos reconheceram a **crítica** *à política adotada pelo governo*.
A política adotada pelo governo é passível de **crítica**.

Propõe-se, diante dessas ocorrências, uma segunda questão:

Partindo-se do pressuposto de que os nomes marcados em (47), (48) e (49) são tradicionalmente analisados como selecionadores de complementos, o vínculo entre uma categoria lexical X e um complemento Y está no nível da organicidade sintática, ou seja, é mera questão de hierarquia e posição dos constituintes? Não apoiamos essa posição e, assim, procuraremos mostrar, no decorrer deste trabalho, em que medida os estudos sobre enunciação podem delimitar com maior clareza as condições de ocupação dos lugares sintáticos ligados ao núcleo nominal pela demanda de determinação.

Consideramos relevante, ainda a esse respeito, a análise de mais um fenômeno sintático que se evidencia pelo contraste de cada par de frases a seguir:

- (50) Royalties do petróleo não melhoram **educação** no Rio.
(51) Houve, ontem, em São Paulo, importante debate sobre **Educação**.
(52) A **educação de jovens e adultos** ainda enfrente problemas no Brasil.
(53) A **educação dos filhos** é um desafio para pais desempregados.
- (54) São inconcebíveis, ainda, comprovações sobre a existência de **Deus**.
(55) **Deus** ajuda a quem cedo madruga.
(56) Na mitologia nórdica, Thor é o **deus dos trovões**.
(57) Os doze **deuses do Olimpo** são as principais divindades gregas.
- (58) Ele ganhou um **livro** no aniversário.
(59) O **livro** que o autor não teve tempo de publicar estava quase acabado.

(60) Nem todos assinaram o **livro de visitas** do museu.

(61) O **livro de orações** está emprestado.

(62) A **Secretaria** não está em funcionamento.

(63) Por favor, dirijam-se à **Secretaria** para mais esclarecimentos.

(64) A **Secretaria de Estado de Educação** começa a pagar a partir de outubro a gratificação do Programa Nova Escola.

(65) A **Secretaria do Estado de Cultura** era responsável por algumas atividades culturais até certa data.

Tanto o complemento quanto o adjunto possuem, reconhecidamente, alguma ligação sintático-semântica com o nome ao qual se relacionam. Mas que fatores distinguem essa ligação e até que ponto a seleção de um complemento é determinada segundo condições de enunciação e da ocorrência dos textos em que esses nomes são empregados? Note-se que, nas duas primeiras frases de cada um dos grupos acima, os nomes marcados “dispensam”, na estrutura sintática, a presença de um complemento, ao passo que, nas duas últimas, há sintagmas ligados a esses mesmos nomes, os quais não podem ser “dispensados”. Retomando o questionamento de Vianna (1983), a presença e a ausência desses sintagmas são determinadas pelo nome ou pelo enunciado como um todo? É o critério da dispensa do sintagma que diferencia seu estatuto de complemento ou adjunto? Que condições são determinantes na ocupação de seus lugares sintáticos?

2.3. A gramática de valências

Nesta seção, discutimos a proposta da gramática de valências, que, apesar de não ter como foco as categorias sintáticas relacionadas ao nome, apresenta conteúdos semânticos que, de uma forma ou outra, precisam ser levados em conta no processo de determinação. Evidência disso é o fato de que esse conteúdo tem sido utilizado pela gramática tradicional e por algumas teorias linguísticas para prever as funções sintáticas de complemento e adjunto.

Borba (1996) distingue a natureza de uma gramática de constituintes da natureza de uma gramática de valências, explicitando que a primeira procura analisar a estrutura do enunciado e dos termos que dele fazem parte, ao passo que a segunda elege como nuclear um elemento oracional e descreve como os demais elementos se dispõem em torno dele. Afirma o autor:

Uma gramática de valências se constrói a partir da observação de que os itens lexicais da língua têm valor absoluto ou relativo; os primeiros (pedra, tamanduá) são semanticamente auto-suficientes e têm necessidade nula de vinculação; os segundos (sogra, obediência) são semanticamente incompletos tendo

necessariamente de ligar-se a outros para se realizarem plenamente. (BORBA, 1996, p. 18)

A proposta do autor, de acordo com essa exposição, ainda vincula-se à concepção tradicional de que as palavras são incompletas semanticamente, exigindo a presença de outras que saturem seu sentido. Não assumimos essa perspectiva por duas razões principais, que passaremos a explicar em seguida.

As palavras ditas completas também passam por demandas de determinação — em verdade, a demanda é dos enunciados —, de sorte que se torna uma tarefa sem parâmetros objetivos a fixação de um número previsto de papéis temáticos que completem um predicador, sobretudo para uma análise desse predicador em estado de dicionário, que nem sempre condiz com a língua em uso. Os exemplos de (24) a (28), citados no item 2.1, corroboram nosso argumento. Citaremos mais um:

(66) A **casa** de Pedro foi reformada.

(67)“Era uma **casa** muito engraçada, não tinha teto, não tinha nada. Ninguém podia entrar nela não, porque na casa não tinha chão (...)”. (*Canção folclórica*)

Não sabemos até que ponto o nome *casa* seleciona argumentos, sendo ou de valor relativo ou de valor absoluto. Poderíamos assumir que ele pressupõe o papel temático de *posse*, a se levar em conta que casa é um objeto do mundo que a rigor possui um proprietário, como em (66). Mas em (67), diferentemente, isso não pode ser afirmado. O enunciado omite essa informação, por ela não ser relevante, e até mesmo sugere negá-la implicitamente, já que se constrói um sentido de ausência para a casa descrita. Vejamos mais um exemplo:

(68) Comprei um alicate na **casa** de ferragens.

A ideia de *posse* pode existir nesse caso, já que se sabe que estabelecimentos comerciais possuem dono. Todavia, essa informação não parece ser “exigida” para que se complete o sentido de *casa*, até porque foi omitida. Se forem analisados concomitantemente os três enunciados apresentados anteriormente, impõe-se uma questão: como prever, do ponto

de vista da estrutura argumental, quais argumentos fazem parte do nome e quais não fazem? Pode ser um tanto fluida essa análise, uma vez que encontramos enunciados em que a informação do papel temático de *posse* está presente, enunciados em que essa informação simplesmente não faz parte do sentido do nome, e enunciados em que essa informação, em última instância, poderia ser inferida, mas de forma muito indefinida. Postulamos, dessa forma, que a valência nominal não pode prever os elementos que “completam” o sentido do nome, já que os enunciados podem ressignificar a extensão desses sentidos.

Borba, na introdução de seu livro, apresenta uma perspectiva que parece ser contra sua própria teoria:

A língua é atividade humana criativa: a partir do exercício das regularidades criam-se outros, que dão à língua certa deriva. O sistema linguístico, pela sua dinâmica, mantém-se em equilíbrio sempre instável, o que leva a supor que toda previsão é limitada. (BORBA, 1996, p.6)

Concordamos com o autor quanto ao comentário de que toda previsão é limitada, haja vista que a língua, a despeito de operar com base em regularidades, possui amplas possibilidades de articulação entre forma e conteúdo simbólico, a se renovarem constantemente. Os estudos sobre valência, numa aproximação com os estudos de gramática tradicional, procuram estabelecer o número de argumentos de um predador. O tratamento da valência nominal é semelhante ao tratamento da valência verbal, sendo que os verbos, em geral, recebem uma descrição mais detalhada. No caso da maior parte das gramáticas da língua portuguesa, por exemplo, há uma nítida incoerência no que diz respeito à divisão de verbos em classes como transitivos, intransitivos, bitransitivos, passíveis de terem um comportamento sintático diferente do previsto. Ou seja, costuma-se dizer que um verbo transitivo pode, em determinados contextos, ser usado intransitivamente, como se pode perceber por estas duas sentenças: *Comi a pizza* e *Meu cão ainda não comeu hoje*. Essa análise é falha na medida em que confunde noções de classe e função, conforme aponta Perini (1995), em discussão sobre o problema da transitividade dos verbos. Dias (2005, p. 109) comenta a esse respeito: “Submeter a identidade de uma categoria à eventualidade de seu aparecimento no texto, longe de ser uma solução, é na verdade uma fuga do problema da completude.” O conceito de completude verbal ou nominal, por não ser subsidiado por critérios coerentes, deve ser descartado. A língua em uso sugere que estar completo ou não é um fator pertinente à construção dos enunciados, e não à estrutura argumental de um predador em si. As ideia de *déficit* da gramática tradicional perpassa pelo efeito de projeção

de uma unidade, o que dicionários e compêndios gramaticais procuram refletir, por se beneficiarem da força aglutinadora de uma contraparte da língua — o idioma —, de acordo com Dias (2005). O autor acrescenta: “É em função dessa unidade que se configuram as designações do tipo *gramática da língua portuguesa*, *gramática da língua francesa* ou *gramática da língua espanhola*.” (DIAS, 2005, p. 111).

Do ponto de vista da Enunciação, o tratamento que proporemos para a análise da determinação nominal se desvincula dessa ideia de completude ou falta e aponta para a consideração de que os enunciados produzem regularidades de determinação, segundo recortes referenciais.

2.4. Uma abordagem cognitivista

Liberato (1997) desenvolve um estudo sobre a estrutura do SN em Português, considerando a hipótese de que a forma do SN é parcialmente determinada por sua função referencial. Assim, o SN, como portador de referência, é analisado sob o ponto de vista semântico, numa abordagem cognitivista. Segundo Liberato, a construção dos enunciados da língua e sua produtividade dependem da identificação dos referentes representados pelos SNs, e a composição dos sintagmas é feita por elementos que vão sendo acrescentados a ele à medida que se tornam necessários como pistas. A autora fornece os seguintes exemplos, mostrando como é variável a necessidade de especificação:

o vinho que eu comprei
o vinho tinto que eu comprei
o vinho que eu comprei para o Natal
alguns dos vinhos que eu comprei para o Natal

(LIBERATO, 1997, P. 6)

Embora o substantivo dessas expressões (referente) seja o mesmo, cada possível enunciado possui uma particularidade de referência, a depender do que se pretende dizer com ele. “O vinho que eu comprei” é mais genérico do que “o vinho tinto que comprei”, que por sua vez é diferente de “o vinho que eu comprei para o Natal”. Neste último exemplo, o referente está submetido à circunstância de um evento, ou seja, afirma-se que ele foi comprado para determinado fim.

Liberato, dando continuidade a sua análise, faz uma importante observação: outros elementos que não fazem parte do SN contribuem para a delimitação do referente. Vejam-se estas duas sentenças (LIBERATO, 1997, p. 28 e29):

- a. O cachorro do meu vizinho late sem parar.
- b. O cachorro do meu vizinho só para o carro na frente da minha garagem.

Elas evidenciam que não só os determinantes nominais são responsáveis por precisarem o sentido do substantivo. Nas frases dos exemplos apresentados, os verbos são decisivos para a constatação de que se pretende falar de “vizinho” ou do “cachorro”. É bem verdade que não se trata de uma ocorrência frequente na língua — de vez que o núcleo de um SN não costuma ser preposicionado —, mas a interpretação de “cachorro” como qualificador é subsidiada pela informação verbal; de fato, parar o carro na frente de uma garagem é uma ação, em princípio, humana. A autora afirma, diante da configuração dos elementos de todo o enunciado, que é necessário, assim, fazer uma análise global do SN.

Outra propriedade da determinação nominal é a subclassificação de um referente. À medida que adjetivos ou sintagmas preposicionados se adicionam a um nome, cria-se um recorte dele com conotações específicas, em razão da recursividade que compõe o sintagma. Liberato (1997, p. 33) apresenta estas possibilidades:

- a. mulheres gordas brasileiras
- b. mulheres brasileiras gordas

Em “a”, temos, dentro de um conjunto de mulheres gordas, aquelas que são brasileiras; em “b”, ao contrário, temos mulheres gordas dentro de um conjunto de mulheres brasileiras⁸.

Liberato conclui a esse respeito:

Podemos então dizer que a estrutura do SN reflete a nossa teoria de mundo. Quando apenas uma organização é possível, dispomos de apenas um SN.

⁸ A escolha do subclassificador que primeiro se associa ao nome depende fundamentalmente do enunciado em que ele está inserido: Liberato apresenta, para os exemplos citados, os respectivos enunciados: a) “É muito difícil vestir mulheres gordas. É preciso tecidos especiais e modelistas especializados. As mulheres gordas brasileiras não contam com nenhum dos dois recursos e por isso vai ser muito difícil encontrar uma delas bem vestida.” (p,33); b) “É muito difícil vestir mulheres brasileiras. Elas têm a estatura muito baixa. As mulheres brasileiras gordas são piores ainda e por isso vai ser muito difícil encontrar uma delas bem vestida.

Quando delimitações diferentes são possíveis na nossa teoria de mundo, podemos escolher entre SNs diferentes e **o fazemos segundo a organização relevante para o discurso em questão**. Vale lembrar que a teoria de mundo não é uniforme para todas as pessoas; e isso se reflete na variação de julgamentos de aceitabilidade de enunciados.”[grifo da autora] (LIBERATO, 1997, p.44)

Para a semântica da enunciação, não se diz exatamente que teorias de mundo que possivelmente o falante tenha sejam responsáveis pela configuração do SN; diríamos, na verdade, que a materialidade sintática é diretamente afetada pelo interdiscurso, que, por sua vez, é motivado pela experiência da língua com o simbólico. Qualquer concepção de mundo, teoria, ou ponto de vista a se explicitar só é apreensível pela linguagem, em qualquer nível de análise.

Nem todos os elementos do SN são responsáveis pela delimitação de um referente. Alguns deles, por exemplo, são apenas qualificadores, como em

O cachorro do meu vizinho,

na acepção de que o vizinho é uma pessoa não grata para o enunciator dessa frase.

Liberato, que tem uma perspectiva de análise baseada na semântica cognitiva, insere um capítulo dedicado ao estudo do referente, em que discute a inadequação da unilateralidade existente entre referente, expressão linguística e sentido. Afirma: “Nem todos os autores concordam com essa análise e, na verdade, existe bastante discordância mesmo entre aqueles que aceitam a existência dos três elementos na relação.” (LIBERATO, 1997, p.42)

Ela cita, por exemplo, Chafe (1976), para quem o “referente da expressão linguística não é uma entidade particular, mas a ideia que temos em nossa mente sobre tal entidade” (p.44), sem compromisso de concordar integralmente com ele. Para além dessa concepção que toma referentes como entidades, há ainda a proposta de que eles podem ser também “papéis”, e não exatamente ideias. O exemplo apresentado para corroborar tal posição é:

O presidente mora em Brasília.
O presidente muda a cada sete anos.

(LIBERATO, 1997, p. 60 e 61)

em que, no primeiro caso, trata-se em princípio de uma entidade do mundo, de existência concreta, ao passo que, no segundo caso, trata-se do papel de “presidente”, que pode ser ocupado por entidades distintas. Não nos interessa, aqui, explorar uma teoria sobre o referente, do qual já falamos um pouco no primeiro capítulo deste trabalho, mas deixar claros dois pontos cruciais: 1) não cremos na eficiência de teorias semânticas referencialistas, ou seja, aquelas que tomam os objetos e as entidades do mundo como correspondentes a expressões linguísticas; 2) adotamos a posição de que a referência é, antes de tudo, um processo de identificação pelo discurso, atrelado a uma historicidade enunciativa.

Ainda sobre o referente, interessa-nos discutir mais um ponto a respeito da oposição entre nomes próprios e descrições, introduzida por Russel⁹. É muito ilustrativo para a teoria da referência o uso de nomes próprios para, grosso modo dizendo, identificarem objetos ou seres do mundo, de tal modo que a identificação é bem-sucedida quando a expressão linguística se associa a um determinado ser, como em

Charles foi fotografado nu.

(LIBERATO, 1997, p. 43)

Porém, se o referente não é um nome próprio, a língua se vale de sintagmas nominais descritivos, definidos ou indefinidos, para se referirem a uma suposta entidade, nos termos tradicionais. Dessa forma, pode-se dizer, em substituição a Charles:

O marido da minha vizinha do segundo andar foi fotografado nu.

(LIBERATO, 1997, p. 46)

As descrições precisam ser adequadas, e não necessariamente verdadeiras, de modo que o falante tenha satisfação referencial, isto é, seja capaz de delimitar o sentido de um referente com base em uma descrição satisfatória. Alguém, por exemplo, que queira se referir a *caderno* dizendo *bloco de notas* pode fazê-lo com eficácia se o seu interlocutor logo perceber o que ele pretende dizer. Isso é muito comum no uso de linguagem figurada, em que são apresentadas comparações por meio de imagens mais concretas. A título de ilustração, podemos dizer que alguém que queira descrever uma *rua* dizendo que ela é um *verdadeiro deserto* não pretende, de fato, sugerir essa definição, mas fazer uma comparação de sentido enfático.

⁹ (Cf. Liberato, p. 46).

No capítulo seguinte, desenvolveremos uma análise da determinação nominal, a respeito dessas descrições, e nos afastaremos, em certa medida, da concepção de “sintagma nominal”. Antes, porém, vamos nos valer de outra contribuição de Liberato a propósito das funções semânticas do SN. Ao discutir as funções semânticas no SN, Liberato faz uma introdução apontando para o fato de que descrever um referente tem relação direta com o fornecimento de traços que o caracterizam, e atribuir característica a um referente significa enquadrá-lo em uma classe (Cf. Liberato, 1997, p.69). Ela discute exemplos de enunciados cujos referentes “demandam” graus diversos de especificação (diríamos enunciados demandam...), como em:

Um exercício vai resolver o seu problema
Um exercício aeróbico vai resolver o seu problema.
Médico / Médico urologista / Médico urologista do Socor

Tais exemplos apontados por ela evidenciam a importância da especificação, tendo-se em vista que não se pretende enunciar algo a respeito do nome em sua generalidade, mas como dotado de peculiaridades que somente o acontecimento enunciativo é capaz de fornecer.

Liberato dá continuidade à análise e apresenta categorias que se prestam a delimitar a referência do sintagma nominal. Ela mostra, inicialmente, que nossa teoria de mundo prevê classes já estabelecidas, como a classe dos médicos, e esta, por sua vez, também pode ser especificada internamente: médico urologista, médico homeopata, médico urologista do Socor. As classes podem, pois, dividir-se em subclasses, o que é possível pela determinação nominal. A classificação e a subclassificação não são propriedades do léxico, mas são funções semânticas que os itens lexicais adquirem nos SNs de que fazem parte.

Em seguida, a autora discute a determinação do SN efetuada pelas orações adjetivas, que tradicionalmente são divididas entre restritivas e explicativas. A gramática de Bechara (1976, p. 280) define:

a adjetiva explicativa encerra uma simples explicação ou pormenor do antecedente, uma informação adicional de um ser que se acha suficientemente definido; e as adjetivas restritivas são as que servem para delimitar ou definir melhor o seu antecedente, o qual, sem o concurso da oração adjetiva, pode ou não fazer sentido ou dizer algo diferente do que se tem em mente.

- Iracema, que é um romance, foi escrito por José de Alencar.
- É triste a condição de um velho que só se faz recomendável pela sua longevidade.

Na primeira sentença, sugere-se uma ideia única para o referente *Iracema*, ou seja, existe um único romance com esse título, e ele é de autoria de José de Alencar. Na segunda sentença, diferentemente, fala-se de um velho específico: um velho que só se faz recomendável pela sua longevidade. A condição de um velho como esse é lamentável. Mas admitem-se aí, de forma implícita, outras pessoas velhas sob condições diferentes da citada.

A análise feita comumente pelos gramáticos é essa. Eles se equivocam, no entanto, ao dizerem que a oração restritiva é indispensável à compreensão da frase, não podendo, portanto, ser retirada, e ao classificarem-na como um adjunto adnominal, termo dito acessório da oração (tido como dispensável).

Liberato reconhece a função delimitadora das orações restritivas, mas afirma que a análise deve ser centrada na delimitação do referente, e não propriamente da sentença:

Colocando nos termos deste trabalho, a distinção entre os dois tipos de oração adjetiva se baseia exatamente no problema da delimitação do referente. Como vimos antes, ao fornecer uma descrição para que o ouvinte identifique um referente, o que o falante faz é enquadrá-lo em uma classe qualquer.

(LIBERATO, 1997, p. 76)

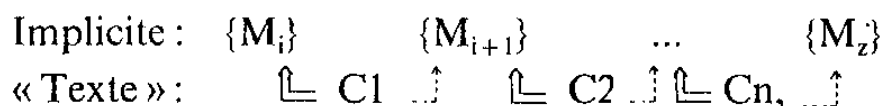
Essa proposta, à qual daremos continuidade no terceiro capítulo, servirá de subsídio para desenvolvermos fundamentos para uma nova perspectiva da determinação nominal.

2.5. A Macrossintaxe

Evocamos uma importante proposta de análise que diz respeito às formas de articulação dos nomes com seus elementos determinantes em enunciados complexos. Para fundamentar essa análise, citaremos Berrendoner (2002). O autor inicia sua reflexão ponderando sobre os limites aos quais se estendem os conceitos tradicionais de *frase* e procura delimitar, segundo critérios supostamente mais eficientes, os conceitos de *cláusula* e de *período*. O que nos interessa mais de perto é o modelo de análise que ele formula, atentando para uma sintaxe que mantém fortes vínculos com a pragmática e que é afetada por uma cadeia de informações implícitas, designadas como *memória discursiva*, ou seja, tudo aquilo que compõe o discurso, mas que não precisa estar efetivamente declarado. Berrendoner (2002, p.30) afirma:

É preciso, de fato, incluir ao modelo da sintaxe do período uma representação de saberes publicamente compartilhados entre os interlocutores; é o que chamo de “memória discursiva” (M), onde estão registrados todos os efeitos comunicativos produzidos nos discursos e em informações mutuamente manifestas.

Isso compõe, dessa forma, uma macrossintaxe. Para melhor compreendê-la, é pertinente o conceito de *apontamento*, definido como “a relação de pressuposição estabelecida entre uma forma de retomada e uma informação presente na memória discursiva (M)” — tradução nossa. O diagrama a seguir permite uma melhor compreensão:



Ele¹⁰ mostra que o enunciado é o produto da articulação do texto com um conteúdo implícito decorrente dele. Nessa relação, cada cláusula possui um domínio particular de memória, que passa a se associar à memória das cláusulas posteriores. O apontamento é, assim, um processo pelo qual os interlocutores, no acontecimento enunciativo, associam as formas linguísticas umas às outras, valendo-se de informações implícitas. Para compreendermos aspectos da relação entre a macrossintaxe e a determinação nominal, vejamos, a seguir, alguns exemplos de sentenças:

(69) Foram enviados para **avaliação**, no fim do semestre, **os relatórios dos professores**.

O exemplo acima merece atenção pelo seguinte fato: comumente vemos a associação do nome a um sintagma preposicionado do tipo:

avaliação do projeto
avaliação do governo
avaliação dos relatórios,

em que há uma relação de adjacência entre esse nome e o sintagma que o segue. Em (31), diferentemente, o nome aparece isolado, e a expressão correspondente ao sintagma preposicionado — os relatórios dos professores — figura em outra parte da sentença, no lugar

¹⁰ No diagrama, M= memória discursiva e C= cláusula, proposição.

sintático de sujeito. Ainda assim, vislumbramos ser possível afirmar que existe determinação entre o nome *avaliação* e a expressão *os relatórios dos professores*, garantida pelo processo de *apontamento*, que mobiliza informações da memória discursiva.

Vejamos mais um exemplo:

(70) Paçoca caseira: torre o amendoim, tire a casca e bata no liquidificador até virar pó.

(www.google.com.br. Acesso em 02/05/2009)

Aqui, teríamos um tradicional sintagma nominal formado por N + SP, do tipo *casca do amendoim*. A sentença apresenta, no entanto, outra construção, em que nome *amendoim* aparece de forma autônoma. Mas o nome *casca*, por sua vez, tem relação de apontamento com ele; do contrário, a interpretação da sentença seria incoerente. A memória discursiva precisa ser eficiente no sentido de trazer à tona a informação de que amendoim possui casca.

Mostremos mais alguns exemplos, construídos em torno de um mesmo núcleo nominal, para identificarmos maior ou menor grau de regularidade de construções em suas adjacências ou ao longo do enunciado:

(71)

- a. OEA prevê **volta** de Cuba ao grupo dos 43 países.
- b. STF impede **volta de** menino Sean para guarda do pai nos EUA.
- c. Ex-vice de Saddam prevê **volta** de seu partido ao poder.
- d. **Volta** de Adriano ao Flamengo é notícia pelo mundo todo.
- e. É com orgulho e alegria que trazemos de **volta** a este blog o glorioso Isaiás Camanducaia, Mestre dos Mestres.
- f. Prepare seu filho para a **volta** à rotina escolar.
- g. O atacante Ronaldo tem a **volta** à seleção brasileira como objetivo claro na reta final de sua carreira.
- h. A **volta** à internet discada: viva a Telefônica!
- i. Márcio Garcia está feliz com a **volta** à Globo.

(www.google.com.br. Acesso em 05/06/2009)

Nas sentenças de “a” a “d”, vemos uma construção do tipo N + SP + SP, em que um SP representa um elemento humano, agente, e o outro SP representa a ideia de lugar, real ou imaginário.

Em “e”, essa estrutura é alterada, sendo que o elemento agente não integra um sintagma nominal cujo núcleo seria o nome *volta*. Mas, ainda assim, seria possível a paráfrase “a volta do glorioso Isaiás a este blog”, já que existe nexos de sentido entre as duas palavras.

Nas sentenças de “e” a “i”, da mesma forma, também existe apontamento entre o nome e o agente: prepare seu filho para a volta (dele) à rotina escolar; prepare seu filho para que ele volte à rotina escolar. Em “h”, esse agente nem ao menos declarado foi. Para interpretá-lo, é preciso considerar a memória de enunciações anteriores, em que se sabe que a volta à internet discada guarda relação com usuários da internet, como elemento agente. Também é possível interpretar a volta de um tipo de acesso à internet, garantido pela prestação de serviço da operadora: “A volta do acesso à internet discada: viva a Telefônica!”. Isso se garante pela informação implícita de que a internet implica possibilidade de acesso. O enunciado em “i” tem uma construção semelhante: Márcio Garcia está feliz com sua volta à Globo.

Em razão do fenômeno de apontamento, como pertencente à macrossintaxe, afastamos da concepção de sintagma nominal e mais uma vez, conforme conceituamos no primeiro capítulo, defendemos a designação *formação nominal* para se referir às expansões de um nome em enunciados da língua, uma vez que nem sintagma nominal nem grupo nominal são expressões capazes de sugerir a ideia de que um nome pode passar por determinação de sentido no acontecimento enunciativo como um todo, ultrapassando as fronteiras dos determinantes agregados ao núcleo nominal.

CAPÍTULO 3

UM NOVO OLHAR SOBRE A DETERMINAÇÃO NOMINAL

3.1. Lugar sintático

Neste capítulo, vamos propor um novo olhar sobre as categorias de determinação nominal em português, tendo em conta os problemas que levantamos no capítulo 2 sobre a confusa distinção entre *complementos nominais* e *adjuntos adnominais*, bem como as contribuições que a semântica da enunciação pode dar à sintaxe. Nesse ponto de vista, a sintaxe é reconhecida como o domínio articulatório da língua, em que as unidades gramaticais estão imbricadas umas às outras, estabelecendo relações semânticas entre si. Uma das relações fundamentais, e também consagrada pelos estudos linguísticos, é a da nucleação verbal, que corresponde à criação de sentenças, unidade básica da análise sintática.

Dias (2009, p.8) preconiza que “a sentença é a face regular da unidade configurada como enunciado. Como tal, ela detém uma geografia de lugares sintáticos nos quais a memória do dizível e uma demanda de atualidade encontram pontos de contato”. Gostaríamos de destacar dois pontos importantes da afirmação de Dias: 1) o conceito de lugar sintático, empregado, simbolicamente, sob uma designação ‘geográfica’; 2) a instância da memória do dizível em relação a uma demanda de atualidade. Quanto ao primeiro aspecto, é importante dizer que a sintaxe opera por meio da articulação de termos que incidem uns sobre os outros, e essa relação, de tal forma regular, permite a definição de lugares com características peculiares. Quanto ao segundo aspecto, que mantém um vínculo direto com o primeiro, destacamos que a memória do dizível é responsável por conferir regularidade à sintaxe, que, por sua vez, agrega novas significações pela demanda de atualidade.

O conceito de lugar sintático desenvolvido por Dias — qual seja o das propriedades relacionais determinantes da configuração sintática (Cf. Dias, p. 8) — é baseado na concepção de Milner sobre a dicotomia que ele estabelece entre *site* e *place*. Esse autor exemplifica com clareza (o que, assim, serve de argumento para sua análise) o fato de suas sentenças, mesmo que tenham inversão de termos, poderem ter uma única interpretação garantida:

Bela marquesa, seus belos olhos me fazem morrer de amor.
De amor morrer me fazem, bela marquesa, seus belos olhos.

Essa única interpretação só é possível em razão do nexos existente entre as palavras, de modo que o conteúdo da proposição corresponde, no nível da organização do fio da sentença, a uma ordem de funções; daí o conceito de *site*, adaptado por Dias como lugar sintático. Esse nexos não se desfaz pela mudança da sequência em que as palavras aparecem no fio da sentença; a sequência da disposição das palavras no enunciado se prende ao conceito de *place*. Milner, segundo Dias, aponta que “as funções gramaticais clássicas (sujeito, complemento, adjunto, verbo principal) não são nada mais do que relações entre lugares sintáticos, e só assim elas podem ser consideradas como relações propriamente sintáticas (DIAS, 2009, p. 9)”.

Dos lugares sintáticos, interessa-nos aqui desenvolver uma análise daqueles que tomam o nome como núcleo, constituindo uma formação nominal. Dias tece algumas considerações sobre a sintaxe dos nomes, com referência, inicialmente, às definições de Frege, e afirma que constituir um GN¹¹ seria, tanto quanto possível, agregar determinantes ao núcleo para que o grupo possa reunir propriedades que possibilitem a referência. A saturação semântica dar-se-ia na realização linguística, quando o feixe de propriedades encontraria identificação na entidade referida. Distanciando-se dessa concepção fregeana de vinculação da língua com “propriedades” dos objetos do mundo, Dias preconiza que a referência se dá na enunciação como um acontecimento histórico, de acordo com as determinações da exterioridade pertinente para uma suposta unidade semântica a ser adquirida pela formação nominal. O autor utiliza os exemplos

O ladrão que rouba por caridade
O homem da capa preta

(DIAS, 2009, p. 15)

para mostrar como as categorias determinantes em torno dos núcleos *ladrão* e *homem* redefinem a memória de dizeres desses nomes, configurando nova posição a respeito deles, pelo efeito da atualidade da enunciação. No caso de *homem*, o determinante tem a função de distinguir um indivíduo dentre os demais, num efeito de produção de diferença. Poderíamos imaginar uma situação como

(72) O homem da capa preta assaltou mais um supermercado do bairro

¹¹ GN = sintagma nominal.

em que se produz, ao mesmo tempo, a identificação do indivíduo como pertencente à classe homem e também a especificidade de que se trata de um homem que usa capa preta, e não outro qualquer. Com isso, a referência de uma formação nominal construída em um enunciado seleciona um referente e exclui outros que lhe são adjacentes. No caso de o “ladrão que rouba por caridade”, também existe essa relação, qual seja a de que se trata de um tipo específico de ladrão e não outro, e até mesmo certa desvinculação de sentido com a memória da discursividade desse termo, o que Dias define como efeito de rarefação de sentido. Fazem parte, pois, desse processo de significação a instância da memória, como o produto de enunciações anteriores de um dado referente, e a instância da atualidade, que é responsável por estabelecer novas direções de sentido. A definição dessas instâncias encontra fundamentos na teoria de Deleuze, filósofo que discute a relação entre a língua e uma perspectiva do real, capaz de se atualizar sempre que o discurso se põe em funcionamento. Voltaremos a tratar da proposta deleuziana logo mais, quando formos conceituar os lugares sintáticos que integram uma formação nominal. Antes, porém, gostaríamos de fazer mais uma observação sobre o conceito de lugar sintático, com base na consideração de que a sintaxe é, por excelência, o domínio linguístico da articulação, pelo qual a língua produz sentido. Guimarães (2009, p. 51) assevera que

a articulação é o procedimento pelo qual se estabelecem relações semânticas em virtude do modo como os elementos linguísticos, pelo agenciamento enunciativo, significam sua contigüidade”. Ou seja, a organização das contigüidades se dá como uma relação local entre elementos linguísticos, mas também e fundamentalmente por uma relação de Locutor (enquanto falante de um espaço de enunciação com aquilo que fala. Uma articulação é uma relação de contigüidade significada pela enunciação.

Pela articulação, portanto, podemos destacar que as formas linguísticas produzem sentido pelo efeito de contigüidade, o que tem a ver tanto com a memória interdiscursiva pertencente a essas formas, quanto com a manifestação do locutor no ato da enunciação. Assim, ao discutirmos as categorias de determinação nominal, procuraremos mostrar em que medida os determinantes produzem efeitos de singularidade e diferença, em relação ao nome que determinam, e de que forma o Locutor também participa do processo de determinação. Nessa perspectiva que proporemos, necessário se faz romper com os princípios que a gramática tradicional estabeleceu para definir as funções sintáticas ligadas aos nomes, notadamente os complementos nominais e os adjuntos adnominais.

Na abordagem enunciativa, os lugares sintáticos não dependem exclusivamente da materialidade linguística para se manifestarem. A análise de implícitos precisa, também, ser levada em conta. Assim, em um enunciado como

(73) A **educação** precisa de receber mais investimentos

existem determinantes na base do encapsulamento *educação*, de sentido genérico, que poderia ser manifestado na seguinte expressão linguística: crianças em idade escolar, estudantes brasileiros, todos os cidadãos que passam por um processo de educação. As informações da memória também são levadas em conta na delimitação da discursividade dos nomes.

A determinação nominal é um processo constitutivo da linguagem¹². Explorando seus fundamentos, gostaríamos de fazer alusão a uma reflexão de Foucault, com base numa obra de Condillac. Foucault (2010) afirma que deveria haver, supostamente, uma proporcionalidade entre as coisas existentes no mundo e os nomes que as designam, da mesma forma como os nomes próprios têm a propriedade de designarem um indivíduo particular, ou seja, deveria haver tantos nomes quantas fossem as coisas a serem significadas. Mas haveria, aí, um problema de significação, decorrente do fato de que, se cada “objeto” tivesse um nome particular, não seriam captadas, por meio da memória, as atribuições desse nome. O nome não teria, portanto, relevância discursiva. Cita Foucault (2010, p. 135):

Se tivéssemos por substantivos somente nomes próprios, seria preciso multiplicá-los ao infinito. Essas palavras, cuja multidão sobrecarregaria a memória, não poriam ordem alguma nos objetos de nossos conhecimentos, nem, por conseguinte, em nossas ideias, e todos os nossos discursos estariam na maior confusão.

Entendemos, dessa forma, que a determinação nominal faz parte de uma necessidade linguística de particularizar um nome como unidade do discurso que tem pertinência histórica e que, assim, agrega uma memória de enunciações anteriores. Diríamos, em suma, que determinar um nome significa atualizá-lo na enunciação. As estratégias que a língua tem de fazê-lo são diferenciadas, por meio de categorias distintas. Procuraremos conceituá-las de uma forma mais clara nos itens seguintes.

¹² Discutiremos, com mais atenção, a concepção da determinação nominal sob a perspectiva enunciativa no item 3.5

3.2. Caracterização do lugar sintático de complemento nominal

Para conceituarmos o lugar sintático de complemento nominal, retomaremos as reflexões filosóficas de Deleuze, que se aplicam à dinâmica da linguagem. Os conceitos que ele discute são, em princípio, tomados por si sós, em sua latência, mas vemos neles direta relação com a produção de sentido pela língua. Assim, dando continuidade à abordagem que procuramos adotar no primeiro capítulo deste trabalho, vamos assumir, de início, a concepção do *virtual* da linguagem, que agrega um feixe de acontecimentos enunciativos constitutivos das práticas sociais. O sentido é, dessa forma, um construto de natureza sócio-histórica, que converge a uma virtualidade. Para Deleuze, o virtual carece de atualização, em razão de sua retrospectiva ao que já foi constituído, o que significa dizer que ele se renova à medida que a língua é posta em funcionamento. O processo de atualização do virtual ocorre por repetição — vale dizer que as formas linguísticas se repetem mesmo, sujeitas a uma agregação de valores —, e essa repetição produz diferenças, divergências ou diferenciações, haja vista que a historicidade das enunciações e dos acontecimentos que lhes são contíguos adquire novos elementos a todo instante. Sousa Dias (1992, p. 90), interpretando Deleuze, afirma:

(...) o virtual representa a dimensão ideal da objetividade, o plano imanente de toda a realidade objetiva, pressuposto por esta, ou sem o qual esta, ou toda a criatividade real, permaneceria ininteligível; a atualidade, ou realidade em ato, é apenas a face ontológica do real, quer dizer a face transcendente (...).

A autora estabelece uma reflexão fundamental: a realidade objetiva e toda a criatividade do plano real somente são inteligíveis pela retomada do plano virtual. Deleuze (2006, p. 299) também esclarece: “A atualização, a diferenciação, neste sentido, é sempre uma verdadeira criação.”. A esta altura, achamos por bem citar um exemplo¹³:

A **ditadura** do povo controlada pela classe trabalhadora.

(DIAS, 2002, p. 54)

O núcleo dessa formação nominal, ditadura, evoca, na virtualidade de suas ocorrências, a presença de dada classe de poder hierarquizada socialmente, que exerce uma liderança de forma opressora; essa acepção, interpretada em sua historicidade, sofre

¹³ Expressão que a liderança Política da antiga União Soviética utilizava em referência ao regime comunista instalado no século XX.

deslocamentos de sentido pelos determinantes que são acrescentados ao nome; dizer “ditadura do povo” só é possível por se saber, já de antemão, que ditadura não se faz pelo povo. Do contrário, tal sintagma preposicionado poderia até mesmo ser redundante, ou não produzir a especificação pretendida nesse caso. Dias (2002, p. 54) afirma sobre esse exemplo: “De um lado, o substantivo ditadura traz a memória da designação de um regime fechado em torno de uma figura forte, distante do povo. De outro, os determinantes *do povo* e *liderada pela classe trabalhadora* produzem uma superposição dessa memória de designação”. Temos aí, então, que uma das funções primordiais dos determinantes ligados aos nomes é produzir diretrizes de atualização, com nuances peculiares de significação (diferenças). Sousa Dias (1995, p. 91) argumenta sobre esse ponto:

realizar uma certa possibilidade é deixar outras irrealizadas, entre o virtual e o atual ela é de divergência e de criação. É que o virtual como tal não é o atual pré-formado, a “imagem” do atual num plano prévio ideal, ele é sem imagem e por conseguinte sem identidade, pura multiplicidade de movimentos absolutos inseparáveis em contínua variação. Pelo que ele só pode atualizar-se criando, de cada vez, as suas linhas de atualização, as quais são também por isso linhas de diferenciação: para um acontecimento como estado problemático virtual, ‘insistir’, ou repetir-se, é diferenciar-se, a repetição é diferenciação, é o poder próprio da Diferença na afirmação de sua soberania ontológica.

Aplicando essa afirmação à linguagem, dizemos que o virtual é “sem imagem” e “sem identidade”, numa multiplicidade de movimentos, pelo efeito do interdiscurso, ou seja, pela rede acontecimentos enunciativos que atualizam as formas linguísticas em repetição. Um nome como *ditadura* participa, pois, de dois processos: 1) o processo de repetição, que representa a diversidade de cenas enunciativas em que tal nome é empregado, configurando uma memória de dizeres; 2) e o processo de atualização, que sempre se dá por diferença. Por meio desses dois processos, o nome conserva certa regularidade de dizeres a seu respeito, dentro da noção do que se entende por *ditadura*, ao mesmo tempo em que se produzem direcionamentos ressignificadores.

(74) Ditadura de Fidel Castro

(75) Ditadura militar

(76) Ditadura de Adolf Hitler

(77) Ditadura do povo controlada pela classe trabalhadora

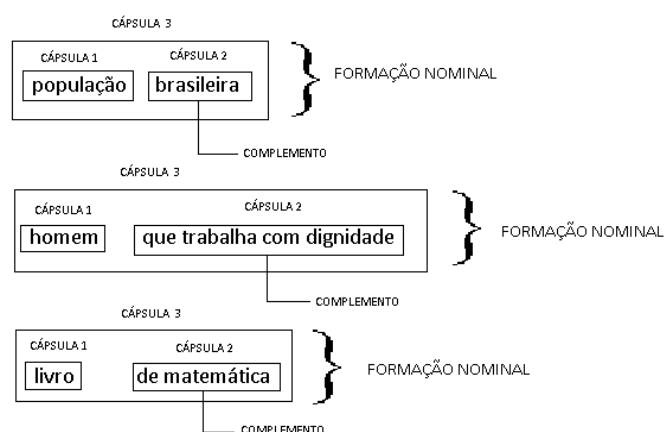
Nos acontecimentos enunciativos em que ocorre *ditadura*, esse conceito é modalizado dentro de um domínio de determinação, estando de acordo com cada pertinência histórica em

que se faz presente, de tal sorte que o recorte de sentidos que envolvem uma formação nominal pressupõe, também, a negação de outros, o que a língua permite identificar de forma automática. Aqui cabe, como fundamento, evocar a parte inicial da citação de Sousa Dias: “realizar uma possibilidade é deixar outras irrealizadas”.

Feita toda essa explanação sobre a relação entre os conceitos deleuzianos e a língua, vamos agora ao nosso objetivo principal: apresentar o conceito que propomos para o lugar sintático de complemento nominal.

Segundo nossa perspectiva, complemento nominal é a categoria de determinação nominal que, na constituição de um acontecimento enunciativo, delimita a discursividade de um nome, inserindo-o em uma memória de dizeres e distinguindo-o de outros elementos de sua classe, por meio de um processo de reencapsulamento.

O nome, por si só, tem propriedade encapsuladora, ao designar, por exemplo, classes ou indivíduos. Temos, então, cápsulas que remetem a individualidades, como no caso dos nomes próprios (IBGE, Carlos), e cápsulas generalizantes, mais frequentes entre os nomes comuns (homem, casa). O lugar sintático de complemento nominal possibilita a constituição de uma segunda cápsula. Por exemplo: dado o nome “alunos”, temos um conjunto de indivíduos — os indivíduos que são alunos; se temos “alunos estrangeiros”, produzimos um segundo recorte, que insere o nome em uma nova cápsula. De acordo com esse conceito, são complementos os seguintes determinantes¹⁴:



¹⁴ Estamos citando tais exemplos descontextualizados de enunciados apenas a título de ilustração, já que eles são suficientes para evidenciarem o que propomos mostrar, mas a análise das categorias de determinação só tem verdadeiro efeito se inseridas em enunciados efetivos.

Associar complementos a um nome significa produzir um efeito de trajetos de memórias. O nome, ao ser empregado, evoca sentidos que lhe foram atribuídos em enunciações anteriores, e o mesmo ocorre com o determinante¹⁵, que também tem sentidos agregados. Nessa associação, encapsula-se uma terceira memória, advinda de M1 + M2¹⁶. A formação nominal produzida configura, assim, um novo lugar do dizer, que sofreu delimitação.

Nossa proposta de análise do reencapsulamento dos nomes tem direta relação com o trabalho de Liberato (1997), citado no capítulo anterior, que define como uma das funções do SN a subclassificação. Para essa análise, o nome tem função classificadora, e alguns determinantes específicos (nesse caso, os complementos nominais) têm função subclassificadora (reencapsuladora), o que significa a criação de uma classe dentro de outra. O conceito de subclassificação guarda alguma semelhança com o que se entende pela ideia de *subcategorização*, empregada pela gramática gerativa como relacionada à função dos complementos nominais ou verbais (vide Silva, 2001), mas de uma forma um tanto quanto confusa; haja vista dizerem que X é complemento de Y, quando Y subcategoriza X. A esse respeito temos duas observações a fazer: 1) não pode Y subcategorizar X, se é a presença de X que confere a Y o efeito de subcategorização; 2) a subcategorização é um processo que ocorre no enunciado (e por ele). Como consequência de assumirmos que se trata de uma função do enunciado como um todo, abandonamos hipóteses que tomam o léxico como ponto de partida para definirem os lugares sintáticos, uma vez que não são regulares as informações obtidas do léxico, podendo a sintaxe dar-lhes um outro direcionamento. Dessa forma, distanciamos-nos da ideia de que um nome seleciona ou exige um complemento e adotamos a posição segundo a qual o enunciado determina as condições de ocupação do lugar de complemento.

Ainda sobre a propriedade que os complementos têm de produzir reencapsulamentos, o que vimos ter relação com o conceito deleuziano de *diferença*, façamos alusão ao que os estudos semânticos chamam de *singularidade*. Os acontecimentos do mundo e também os acontecimentos da linguagem (a rigor, estes dois não são nitidamente distintos) se fundam como tais por serem singulares, característica que é arrebatadora da significação. Rajagopalan

¹⁵ Determinantes de conteúdo lexical, evidentemente.

¹⁶ Não estamos adotando o termo memória na acepção de Berrendoner (com referência aos elementos informativos do texto), mas na acepção segundo a qual a memória é instância interdiscursiva da língua.

afirma que a singularidade tem a ver, em princípio, com o que nos referimos como efeito de “algo único, ímpar, algo que possui atributos exclusivos que o distinguem dos seus similares dentro do mesmo gênero etc.” (200, p. 79). A esse respeito, retomamos a proposição de Foucault sobre a constatação de que a língua precisa produzir generalidades nominais para que o discurso se torne inteligível entre os falantes, e o contrário aconteceria se tivéssemos apenas nomes próprios. Essa constatação sugere que a singularidade se torna presente ao tomar como ponto de partida uma referência de caráter mais geral, que tem a propriedade de localizar, na memória interdiscursiva, informações importantes para a identificação de algo singular, contanto que haja sobre o nome que o representa um efeito eficaz de determinação. Na língua, são os nomes próprios a classe que, em princípio, é dotada de singularidades; mas estendemos esse atributo às descrições definidas, singulares nas enunciações em que ocorrem. Rajagopalan introduz a perspectiva de Wittgenstein de que não pode haver linguagem privada, acessível a um único indivíduo, de vez que os falantes, para se fazerem entender, só podem mencionar singularidades por meio de termos genéricos, isto é, termos que têm uma relevância histórica construída socialmente — perspectiva que vai ao encontro das ideias de Foucault.

Posto que os sentidos são, conforme preconiza Frege, os modos de apresentação de referentes e, enquanto tais, objetivos (da mesma forma que pensamentos) e, por conseguinte, disponíveis a exame público, referentes sem sentidos correspondentes só podem ser pensados no contexto de uma linguagem privada.

A enunciação de singulares depende de uma prévia atribuição de sentido às formações nominais, unidades do dizer, o que se constrói simbolicamente pelo interdiscurso; não usaríamos a ideia de Frege de que os referentes estão disponíveis a exame público, uma vez que isto acaba sugerindo uma autonomia (inexistente) da linguagem na construção referencial.

O que acabamos de expor serve para mostrar que os complementos nominais são a categoria de determinação nominal responsável por agregar singularidades — ou diferenças — aos núcleos nominais. Um nome tomado isoladamente possui alguma estabilidade de dizeres, que é atualizada por um complemento. A atualização do nome reconfigura um lugar de dizer. Vejamos mais um exemplo:

(78) Ver fotos me distrai.

(79) Marcelo coleciona fotos **de artistas famosos**.

(80) As fotos **de Marilyn Monroe** foram leiloadas por quinhentos mil dólares.

(81) Fotos **em preto e branco** proporcionam um maior sentimento de nostalgia.

(82) Não tenho mais as fotos **que saíram na revista**.

Essas sentenças participam de acontecimentos enunciativos em que a associação de determinantes (complementos) ao nome evidencia a criação de novas categorias de referência, produzindo diferenças por meio de reencapsulamentos. Em “a”, o nome *fotos*, sem determinantes, tem uma conotação ampla. Não se fala de fotos específicas, mas de fotos em geral. Já de “b” a “e”, com particularidade, propõe-se uma delimitação para fotos, pelo processo de reencapsulamento, com referência a: “artistas famosos”, “Marilyn Monroe”, “preto e branco” e “saíram na revista”. A esse processo de determinação, aplica-se o seguinte esquema:

N # N + Det¹⁷

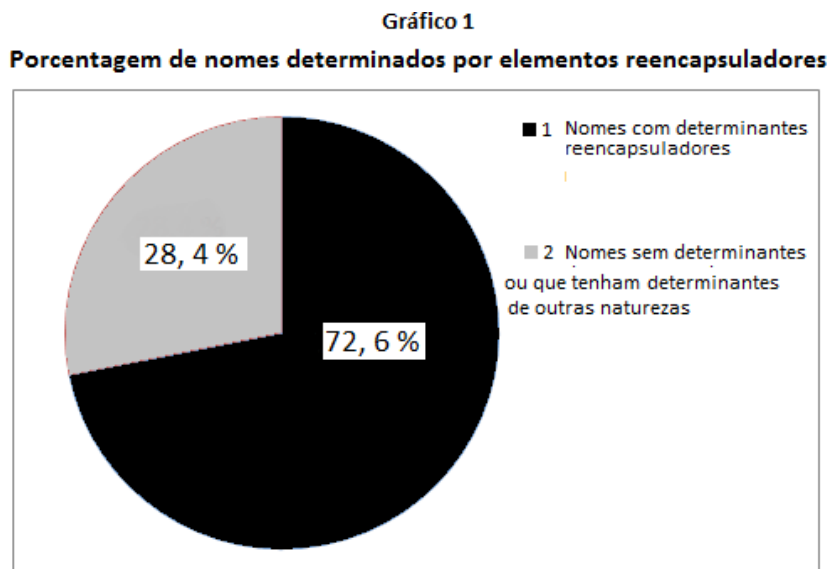
em que a categoria referencial associada ao nome em estado de dicionário é distinta, sendo mais ampla, da categoria referencial associada ao nome que possui um determinante classificado como complemento nominal.

Para finalizarmos a delimitação do conceito que apresentamos, destacamos que o termo *reencapsulamento* possui certa conotação simbólica, sendo pertinente mostrar um exemplo de aplicação dele. Um nome como “fotos” sugere a possibilidade de organizar elementos concretos e palpáveis; reencapsular fotos pode significar, de forma objetiva, possuir um tipo de foto. Um nome como “medo”, por sua vez, embora seja de ideia mais abstrata (e portanto não palpável), não evoca a ideia de quantidade ou de recorte / seleção material. Mas ainda assim, por analogia, participa do processo de reencapsulamento, na distinção, por exemplo, que enunciados podem fazer entre: *medo do escuro*, *medo incontrolável*, *medo de criança*. Trata-se de medos, mas de medos específicos, ou seja, dentro da cápsula *medos* toma-se uma outra cápsula dentro dela: um tipo específico de medo. Entendemos, dessa forma, que o processo de reencapsulamento representa um recorte referencial que se faz dentro de uma categoria referencial mais ampla. É função dos complementos nominais, como determinantes, produzir esse recorte.

Apenas para efeito de aproximação quantitativa, selecionamos um texto da revista *Veja* (edição 2218, de 25/05/2011) intitulado *Preconceito contra a educação* e identificamos,

¹⁷ N= nome; Det= determinante.

das formações nominais que o texto possui, quantas delas têm determinantes reencapsuladores. O gráfico a seguir mostra uma quantidade aproximada:



A conclusão a que chegamos é: o reencapsulamento é uma função enunciativa de grande relevância no que diz respeito à determinação nominal.

3.3. A frequência temática

Neste tópico, discutiremos o modo como alguns dos determinantes dos nomes se reiteram nos enunciados em que esses nomes aparecem, guardando com eles um vínculo de memória, o que vale dizer que, na base do encapsulamento dos nomes, certos determinantes se constituem por um efeito de exterioridade. A exterioridade diz respeito à configuração de sentido por meio de conteúdos temáticos com os quais os nomes se relacionam de maneira mais ou menos próxima, evidente na recorrência de enunciados. Assim, ao participarem continuamente de uma rede de enunciações, os substantivos núcleos das FNs vão adquirindo informações que se repetem e que se deixam prever implicitamente, com possíveis regularidades. A semântica formal utiliza a noção de *argumento* para se referir a esse tipo de informação, noção esta mais frequentemente associada aos verbos. Cançado (2009, p.12), por exemplo, propõe que “os argumentos de um predicador, no caso mais específico, de um verbo, são todas as informações de sentido, ou propriedades semânticas, acarretadas lexicalmente por esse verbo para que seu sentido se sature.”. A autora explica como o conceito de *argumento* é controverso nos estudos linguísticos e apresenta essa sua proposta de

análise, testando alguns dados, baseada nas informações obtidas por acarretamento lexical. Um predicador como *comprar*, por exemplo, envolve os seguintes argumentos:

um comprador, uma coisa comprada por um determinado valor e de alguém. Em termos de papéis temáticos associados a esses argumentos, existe um desencadeador com controle, um objeto afetado, um alvo e um determinado valor, que são as propriedades mais relevantes dentro do quadro teórico assumido. (CANÇADO, 2009, p. 14)

Cançado destaca que são consideradas as propriedade mais relevantes dentro de seu quadro teórico, para posteriormente organizá-los, hierarquicamente, entre complementos e adjuntos. Dessa proposta, é pertinente a este trabalho assumirmos a existência de papéis temáticos¹⁸ que mantêm uma relação mais próxima com um nome do que outros papéis temáticos, mas não consideramos que a distinção entre complementos e adjuntos se resolva por meio esse caminho.

Do ponto de vista da semântica da enunciação, optamos por nos referir a regularidades de sentido provenientes da constituição dos acontecimentos enunciativos. cremos, também, que saturação de sentido é algo relativo, visto que depende do recorte referencial de cada enunciado. Para corroborar esse ponto de vista, selecionamos três nomes (*desenvolvimento*, *livro* e *devastação*) e analisamos sua ocorrência em uma multiplicidade de enunciados, a fim de apurarmos que informações são mais regulares do que outras.

(83) DADO 1: **Desenvolvimento**

- a. Chefe da ONU sugere Brasil para evento de **desenvolvimento** social de Brasília.
- b. "Uma das manchas mais negras em nosso processo de **desenvolvimento** é o fato de que, mesmo após 64 anos de independência, ainda temos a odiosa prática da coleta manual de excrementos", disse Singh nesta sexta-feira em comunicado emitido por seu escritório.
- c. Durante o encontro com Ban Ki-moon, a presidente reforçou o interesse do Brasil e demais países em **desenvolvimento** de ter maior espaço em órgãos da ONU.
- d. Esta é a terceira visita de Ban Ki-moon ao Brasil desde sua posse, em 2007. No início do mês, o sul-coreano anunciou que tentará a reeleição para o cargo máximo das Nações Unidas — seu mandato encerra no dia 31 de dezembro.
"Eu espero que os estados-membros considerem favoravelmente o meu humilde desejo de servir esta grande organização, para promover a paz, a segurança e o **desenvolvimento**, bem como promoção dos direitos humanos", afirmou em coletiva de imprensa.
- e. O grupo francês Casino sinalizou interesse em consolidar sua participação no Grupo Pão de Açúcar e ampliou sua fatia na varejista brasileira, num alerta ao empresário Abílio Diniz. O Casino anunciou que aumentou sua participação no Pão de Açúcar em 3,3%, para 37%, investindo na operação US\$ 363 milhões.
"O Casino reitera sua intenção de fortalecer o **desenvolvimento** de longo prazo do Grupo Pão de Açúcar, bem como a posição do grupo em mercados em rápido crescimento", afirmou a empresa francesa.

¹⁸ Não é foco desta análise uma discussão acerca da teoria dos papéis temáticos. Mas fazemos menção a eles pela falta de um conceito mais bem delimitado na relação um predicador e seus determinantes.

f. A paralisia cerebral, um transtorno permanente e não progressivo que afeta a psicomotricidade do paciente e limita a atividade da pessoa, é atribuída a problemas no **desenvolvimento** cerebral do feto. A doença não tem cura conhecida.

g. Segundo o Google, o papel do Sebrae "será o de estimular o empreendedorismo e o **desenvolvimento** dos micro e pequenos empresários no meio digital...

h. O executivo destacou que a geração eólica, cujos preços estão mais competitivos, e a biomassa ganharão mais espaço nos investimentos de Furnas. A estatal possui três projetos de geração eólica em **desenvolvimento** e no próximo leilão de energia renovável, previsto para julho, colocará na disputa outros três projetos.

i. Meio ambiente e **desenvolvimento** sustentável discutido em seminário hoje <http://fb.me/11C2tiifM>.

j. Hábito de chupar dedos e chupeta pode prejudicar o **desenvolvimento** da criança: <http://t.co/gwtJBnq>

k. O **desenvolvimento** de parcerias é um dos fundamentos da excelência. Seja parceiro do @_mce, siga-nos e RT!

(Enunciados de “a” a “j”: retirados de <http://www.folha.uol.com.br/>. Acesso em 15/05/2011. Enunciado “k”: retirado de <http://twitter.com/>. Acesso em 15/05/2011.

Foram agrupados, ao todo, 11 enunciados em que ocorre o nome *desenvolvimento*. Nesses dados, é recorrente a informação temática de um elemento experienciador, isto é, de algo que se desenvolve, voluntária ou involuntariamente, passando, assim, pela experiência de desenvolvimento. Esse papel temático consta em todos os enunciados apresentados, da seguinte forma: em “a”, “e”, “f”, “g”, “j” e “k”, está contíguo ao nome, dentro da estrutura tradicional de um sintagma nominal: de *Brasília, do Grupo Pão de Açúcar, dos micro e pequenos empresários, da criança e de parcerias*. A esses sintagmas preposicionados se vincula, assim, o papel temático de experienciador.

Em “b”, “c” e “h”, esse papel temático também está presente, porém sendo recuperado no enunciado, uma vez que o nome desenvolvimento não aparece na estrutura sintagmática N + SP. Em “b”, o elemento experienciador é associado ao locutor em primeira pessoa do plural, pela presença do pronome *nosso* (nosso desenvolvimento). Em “c”, ocorre a formação nominal *países em desenvolvimento*, mas o nome *desenvolvimento* recupera *países* como experienciador, conforme a paráfrase: países que estão se desenvolvendo. A construção do enunciado “h” é semelhante à de “c”: *três projetos de geração eólica em desenvolvimento*. O nome *desenvolvimento* recupera o experienciador *três projetos de geração eólica*.

Os enunciados “d” e “i”, diferentemente, mostram uma relação não-articulada linguisticamente entre o nome e o papel temático de experienciador. Este é, na verdade, interpretado no nível do enunciado como um todo. Em “d”, sabendo-se que o enunciado menciona o discurso daquele que ocupa o cargo máximo da ONU, que tem um compromisso

social para com os países-membros dessa organização, supõe-se que o papel temático de experienciador se associe a esses mesmos países, aos quais Ban Ki-moon se reporta em sua fala. Em “i”, o papel temático é interpretado de maneira mais geral: desenvolvimento sustentável é uma experiência que se aplica à coletividade que nele investe, ou seja, a sociedade em um nível macro. As relações interdiscursivas das quais a formação nominal *desenvolvimento sustentável* participa apontam também para a ideia de que o homem, em harmonia com o meio ambiente, passa pela experiência do processo de desenvolvimento. É importante observar que tais informações, ainda que não materializadas no enunciado, fazem parte da interpretação dele e, portanto são relevantes para a determinação do nome em análise.

Em suma, afirmamos que, tomando-se o nome *desenvolvimento*, a informação do *experienciador* é de suma importância para seu recorte discursivo, frequentemente associando-se a ele como complemento nominal. Vamos analisar, agora, a determinação do nome *livro*, com base nos dados a seguir:

(84) DADO 2: **Livro**

- a. Por que diabos minha vida não é igual a um **livro** da Jane Austen? So much easier!
- b. Vou tentar terminar o **livro** de literatura e dormir. Beijo e boa noite.
- c. Quem nunca fingiu que esqueceu o **livro** pra sentar com o amigo não sabe o que é ser um fora da lei.
- d. To brincando não! É muito legal, comprei e não me arrependi. Vou ver o filme só depois do **livro**, senão perde a graça.
- e. Julgo um **livro** pela capa sim!
- f. Preciso ler o **livro** de geografia e ainda nem comecei.
- g. Acabei de jantar, vou assistir o jogo do meu Vasco /+ e depois vou começar a ler o **livro** que eu ganhei.
- h. Hoje comecei a ler a biografia: José Alencar — Amor à vida. Ótimo **livro**, recomendo!
- i. Ultraje a Rigor autografa **livro** e conversa com fãs na Fnac DE SÃO PAULO.
- j. No último sábado, 4.891 pessoas vestidas de Smurfs em 11 cidades ao redor do mundo estabeleceram um novo recorde para o **livro Guinness**: o de maior número de pessoas vestidas como os personagens do desenho em um período de 24 horas em várias localidades.
- k. O primeiro-ministro chinês, Wen Jiabao, visitou neste domingo a casa de William Shakespeare, em Stratford-upon-Avon, no centro da Inglaterra, onde acompanhou a leitura de trechos de Hamlet. Jiabao, grande admirador do escritor inglês, assinou o **livro** de visitas ilustres da residência e viu de perto a única carta escrita pelo dramaturgo, conservada pela entidade Shakespeare Birthplace Trust.

(Enunciados de “a” a “h”: retirados de <http://twitter.com/>. Acesso em 13/04/2011. Enunciados de “i” a “k”: retirados de <http://www.folha.uol.com.br/>. Acesso em 15/05/2011)

Foram coletadas 11 ocorrências desse nome. Não identificamos, porém, um papel temático de frequência constante associado a ele, como no caso do dado discutido anteriormente. A partir

da análise dos enunciados, fazem parte do conteúdo temático de *livro*, mas de forma variável, informações como *autor*, *assunto* e *título*, interpretadas segundo a memória interdiscursiva da qual esse nome faz parte. Em “c”, “e” e “g”, nenhuma dessas informações ocorre, sendo irrelevantes para o recorte referencial que o enunciado promove. Em “a”, “b”, “d”, “f” e “j”, aparecem alternadamente os papéis temáticos a que nos referimos há pouco, e não é possível interpretá-los implicitamente. Por exemplo, em um enunciado como *Vou tentar terminar o livro de literatura e dormir. Beijo e boa noite.*, o que se pode afirmar sobre o papel temático de autor? Nada. Apenas se afirma que ele não é explicitado nem tem sentido geral; é indefinido. Em “h”, a determinação de *livro* depende de um apontamento, conforme discutimos em Berrendoner (2002), no capítulo 2 desta dissertação, entre o nome e informações já apresentadas pelo enunciado: apresenta-se o título do livro (José de Alencar — Amor à Vida) e sugere-se que o assunto dele seja a vida de José de Alencar, por se designar como uma biografia. A propósito desse papel temático, o enunciado em “k” exemplifica sua inexistência: não existe assunto em livro de visitas. Em “i”, o papel temático de *autor* é inferido no enunciado: *Ultraje a Rigor autografa livro*. Aponta-se que o livro é de autoria da banda, por se entender, de modo geral, que somente autores de um livro podem autografá-lo.

A análise do nome *livro* mostra a ocorrência de alguns papéis temáticos mais frequentes, porém eles se alternam nos usos, podendo inclusive não existir, como mostramos em “k”. Se tivéssemos, por exemplo, o nome *Bíblia*, que é um livro ou conjunto de livros, como seria analisado o papel temático de *assunto*? Não se define claramente. Outros papéis temáticos também poderiam ser associados a *livro*, como *posse*. O enunciado “k” o contém: *livro de visitas ilustres da residência*. Já em outros enunciados, a informação de posse simplesmente não faz sentido, como em “j”, que se refere a *livro* não como um objeto pertencente a alguém, mas como um bem cultural: *Guinness Book*. Os dados mostram, o que vai ao encontro do que já discutimos sobre valência e sobre informações do léxico, que a língua em uso produz demandas de determinação cujo conteúdo não se pode prever com tanta facilidade. Na perspectiva enunciativa, são admitidas regularidades, conforme temos mostrado pela análise dos dados, mas não cremos que esses dados nos permitam fazer generalizações categóricas.

A seguir, estão listadas as ocorrências do nome *devastação*.

(85) DADO 3: **Devastação**

a. O Japão não merece isso, são mais de 3 mil mortos... A **devastação** toma conta. Este cenário de **devastação**, apesar de doloroso, não deve diminuir a notícia mais impressionante decorrente da tragédia.

b. Para proteger o mundo da **devastação**! Para unir as pessoas de nossa nação!

Tsunami no Japão: um vídeo de 5 minutos de **devastação**.

c. Você foi um abalo sísmico totalmente inesperado, e antes que eu pudesse me defender, deu-se o início da minha **devastação**.

d. Documentário Nacional: "Floresta da Tijuca", relata em meados de 1800 a **devastação** e o reflorestamento da maior floresta urbana do mundo.

e. A beleza está sendo mudada em **devastação**, e a morte mostra a sua presença no nosso planeta...

Sobre a tragédia no Japão "Para nós, brasileiros, uma **devastação** assim seria o fim do mundo."

f. **“Mais de 1/4 das espécies nativas da Europa está ameaçada**

Mais de um quarto do total de espécies nativas do continente europeu está ameaçado de extinção, segundo um alerta emitido recentemente pela EU (União Europeia). O grupo inclui mamíferos, anfíbios, répteis, animais, pássaros, borboletas e plantas. A crise é principalmente provocada por perda de habitat, poluição, introdução de espécies de fora que ameaçam as nativas, mudança climática e pesca ilegal. O problema também refletirá na população humana, como decorrência da **devastação** econômica e social, alerta o comissário de Ambiente da UE, Janez Potocnik. (...)” (Fonte: Folha Online 18/05/2011)

g. **“Nunca vi tanta devastação”, diz Obama em região atingida por tornados**

O presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, visitou nesta sexta-feira o Estado do Alabama, o mais afetado pelos tornados e tempestades que atingiram o sul e o leste do país nos últimos dias, e disse nunca ter visto tanta devastação. (...)” (Fonte: Folha Online 29/04/2011)

h. Algum dia, se não for muito tarde, o homem verá a **devastação** que causou à natureza e à humanidade.

(Enunciados de “f” e “g”: retirados de <http://www.folha.uol.com.br/>. Acesso em 15/05/2011. Demais enunciados: retirados de <http://twitter.com/>. Acesso em 15/05/2011.)

Dos oito dados que reunimos com o nome *devastação*, encontramos, como no primeiro exemplo, uma regularidade quanto à atribuição do papel temático de alvo, ou de objeto afetado¹⁹, o que significa que algo sofre devastação. Seguindo a mesma proposta de análise dos dados anteriores, percebemos que, em “c”, “d” e “f”, o papel temático de alvo é associado a um determinante contíguo ao nome: “minha”, “da maior floresta urbana do mundo” e “econômica e social” (= da economia e da sociedade). Em “b” e “h”, são recuperados no enunciado os elementos que são alvos de devastação: “proteger o mundo da devastação” = a devastação do mundo deve ser evitada; “devastação que causou à natureza” = devastação da natureza causada pelo homem. Em “a”, “e” e “g”, identifica-se o alvo no enunciado como um todo, por uma associação implícita. Em “g”, por exemplo, pressupõe-se que o local da devastação foram as regiões Sul e Leste dos Estados Unidos. Em “a”, Japão é o

¹⁹ Não consideramos relevante, dentro dos propósitos desta dissertação, apresentar uma nomenclatura exata que designe os papéis temáticos, o que é muito controverso na Linguística. Não sabemos, aliás, se existe uma lista definitiva de papéis temáticos a ser construída ou se ela seria apenas fruto de convenção conceitual. Futuras pesquisas talvez esclareçam essa polêmica.

elemento afetado, sendo que o enunciado se produziu na época em que ocorreu um terremoto nesse país. O enunciado em “e” tem uma leitura genérica, que sugere que lugares do Planeta que sofrem devastação perdem sua beleza natural. Vemos, dessa forma, que em todos os enunciados apresentados o papel temático de alvo é interpretado, sendo portando freqüente na delimitação da referência do nome *devastação*.

Diante do exposto, pretendemos mostrar que os enunciados selecionam papéis temáticos exclusivos para determinarem certos nomes. Na literatura linguística, esse tema é tratado sob a designação de *hierarquia temática*, muito explorada por Cançado, autora que citamos anteriormente. Vamos optar, todavia, por utilizar a designação de *frequência temática*, visando não deixar implícito que um papel temático, na determinação nominal, possa ser mais importante do que outro. Basta-nos dizer que alguns deles ocorrem com mais frequência, visto que podem ser igualmente importantes para categorizarem um referente. Vejamos mais um exemplo:

(86) O desenvolvimento da pesquisa sobre células-tronco no Brasil tem trazido grandes descobertas.

O papel temático associado ao sintagma da pesquisa possui maior relevância hierárquica do que o papel temático associado ao sintagma no Brasil? Acreditamos que não.

Para encerrarmos este tópico, assumimos que alguns complementos nominais ligados aos nomes são mais frequentes do que outros, visto que têm relação próxima com os papéis temáticos que integram a base do encapsulamento dos nomes. Dos dados analisados, grande parte promove a determinação do nome de forma implícita ou sendo recuperada no enunciado, o que nos motiva a considerar complementos nominais apenas os elementos que estão contíguos aos nomes, na estrutura tradicional de sintagma. Essa convenção classificatória não deve impedir, porém, que sejam levados em conta os determinantes implícitos dos nomes, que também têm a função de delimitar a discursividade deles. Dessa forma, em um enunciado como “O Japão não merece isso, são mais de 3 mil mortos... A **devastação** toma conta.”, sabe-se que é produzida a relação de apontamento *devastação do Japão* ou *devastação das áreas atingidas pelo terremoto no Japão*. Mas não diremos que “Japão” é um complemento nominal, até porque já ocupa o lugar sintático de sujeito.

Voltaremos a discutir os fundamentos do processo de determinação nominal no item 3.4. Mas antes apresentaremos nossa proposta para a conceituação do lugar sintático de adjunto adnominal.

3.4. Caracterização do lugar sintático de adjunto adnominal

Nesta seção, desenvolvemos o conceito do lugar sintático de adjunto adnominal. Antes, porém, propomos uma análise comparativa de dados, mostrando diferentes comportamentos sintáticos.

A determinação nominal, como temos nos esforçado para mostrar até agora, produz efeitos de diferença e singularidade na discursividade de um nome, função essencialmente exercida pelos complementos nominais, de acordo com o conceito que desenvolvemos. Por outro lado, identificamos determinantes que, não obstante também constituírem uma formação nominal, agregando-se a um núcleo-substantivo, apresentam comportamentos sintáticos diferenciados. Para entendermos melhor certas particularidades da determinação, antes de nos atermos aos adjuntos, vamos citar, de início, um trabalho que analisa a determinação de nomes próprios²⁰ e, em seguida, analisaremos exemplos de enunciados com nomes comuns.

Nomes próprios, em princípio, não necessitam de determinantes descritivos, uma vez que possuem certa autonomia referencial, principalmente pelo fato de que se constituem em torno de uma unidade, ao contrário dos nomes comuns, que denotam classes gerais. Diríamos, lembrando as Foucault e Wittgenstein, que a língua precisa dispor dessas duas categorias para poder fazer referência a classes amplas (que podem se particularizar pelo processo de determinação, reencapsulando-se) e a individualidades, ou classes individuais.

Gary Priour (1989, p. 119 – 130), ao analisar a tese de G. Kleiber, discute o seguinte exemplo, retirado de uma manchete de jornal:

(87) Era Copi. Desenhista? Escritor? Ator? Todos os Copi morreram hoje de manhã.

²⁰ Os nomes próprios são muito ilustrativos quanto ao que queremos mostrar da determinação nominal, especialmente no que tange à possibilidade (ou não) de multiplicação e subclassificação de um referente.

Trata-se de um enunciado que constrói multiplicidades referenciais em torno de uma única entidade: Copi. Tal enunciado permite as seguintes paráfrases:

(88) O desenhista Copi morreu hoje de manhã, o ator Copi morreu hoje de manhã...

(89) Todos os personagens que constituíam Copi morreram hoje de manhã.

(GARY PRIEUR, 1989, p. 119)

Não se pode dizer, no entanto, que todos os indivíduos chamados Copi morreram nesse dia. Isso é um argumento em favor de que o sentido de um nome e todos os recortes possíveis que dele se fazem dependem fundamentalmente do domínio de referência de um enunciado, a ser compartilhado por interlocutores.

Um enunciado como

(90) A Paris de minha infância não existe mais

(GARY PRIEUR, 1989, p. 120)

também é construído em torno de um nome próprio (Paris), que porém é reencapsulado por um complemento (de minha infância). Evidência disso é que não seria correta a paráfrase “Paris não existe mais”. Fala-se, na verdade, de mais de uma Paris.

Pensemos, agora, nesta frase:

(91) O célebre Zavatta está de volta

(GARY PRIEUR, 1989, p. 120)

cujas paráfrases “Zavatta está de volta” é aceita. Também é aceita a paráfrase: O indivíduo que se chama Zavatta e que é célebre está de volta. Se fizermos uma comparação com a sentença anterior, essa estratégia de paráfrase não seria coerente com ela:

(92)* A cidade que se chama Paris e que é de minha infância não existe mais.

(GARY PRIEUR, 1989, p. 120)

Se tivéssemos, por outro lado, “O antigo Zavatta me agradava mais”, não julgaríamos como corretas as seguintes paráfrases: “* O Zavatta me agradava mais” ou “* O indivíduo que se chamava Zavatta e que era antigo me agradava mais”. A ausência dos determinantes serve para ilustrar o alcance do recorte referencial do nome; eles podem ser apagados na paráfrase,

como teste sintático, não porque são dispensáveis aos enunciados (em verdade não são), mas apenas porque não delimitam um novo referente, fato importante a ser considerado. ‘Zavatta’ e o ‘célebre Zavatta’ representam um mesmo referente, com a diferença de que o adjetivo agrega uma carga argumentativa positiva ao nome, na perspectiva do enunciador. Essa perspectiva pode até mesmo ser polemizada:

(93)

E1: O célebre Zavatta chegou.

E2: Célebre por quê? Esse sujeito é um cínico.

O enunciador 2 introduz uma polêmica, aqui, não sobre o referente em si, mas sobre a avaliação que se faz dele.

Atribuímos essas diferenças de análise dos determinantes às características especiais que cada um deles agrega à formação nominal. O complemento nominal possui, com o nome, uma ligação semântica mais regular do que o adjunto adnominal, haja vista promover, na memória interdiscursiva, um efeito de reencapsulamento. Antes, porém, de apresentarmos o conceito deste lugar sintático, analisaremos mais alguns dados da língua em uso. Utilizaremos, como teste sintático, paráfrases de cada enunciado, modificando sua estrutura sintática, a fim de que possamos perceber nuances de referenciais.

(94) O moderno sistema de transportes das capitais europeias deveria servir de inspiração ao Brasil.

E1: O sistema de transporte das capitais europeias deveria servir de inspiração ao Brasil.

E1: O sistema de transporte das capitais europeias é moderno e deveria servir de inspiração ao Brasil.

E1: Por ser moderno, o sistema de transporte das capitais europeias deveria servir de inspiração ao Brasil.

E2: Como você pode dizer que o sistema de transportes das capitais europeias é moderno? Você já viu, por exemplo, como o metrô de Paris está caindo aos pedaços?

(95) Caiu sobre a cidade do Rio um dilúvio de prepotência, força e violência, no melancólico episódio do movimento dos bombeiros. (<http://www.folha.uol.com.br/>. Acesso em 20/06/2011.)

E1: Caiu sobre a cidade do Rio um dilúvio de prepotência, força e violência no episódio do movimento dos bombeiros.

E1: O episódio do movimento dos bombeiros foi melancólico.

E2: Não acho que esse episódio tenha sido melancólico. Até porque a classe se mostrou unida ao reivindicar seus direitos. Quem os insultou só o fez por egoísmo mesmo, o que já era de se esperar por parte de autoridades que sequer se dispuseram a dialogar.

Os enunciados em (94) e (95) possuem, respectivamente, as formações nominais *sistema de transportes das capitais europeias* e *episódio do movimento dos bombeiros*. São formações nominais porque constituem unidades temáticas, passíveis de serem bases de afirmações nos enunciados dos quais fazem parte.

Poderia explorar o conteúdo de (94) o seguinte conjunto de enunciados: o *sistema de transportes das capitais europeias* tem alto grau de eficiência; o *sistema de transportes das capitais europeias* prevê amplo uso do metrô; deveríamos nos inspirar no *sistema de transportes das capitais europeias* para que pudéssemos resolver os problemas do precário sistema de transportes do Brasil.

Em (95), poderíamos ter: o *episódio do movimento dos bombeiros* causou comoção nacional; o *episódio do movimento dos bombeiros* gerou desentendimentos entre autoridades; ninguém compreendeu o que motivou o *episódio do movimento dos bombeiros*.

As formações nominais em questão ativam uma memória interdiscursiva na atualização dos enunciados, e os adjetivos *moderno* e *melancólico* apenas incidem sobre elas, como elementos qualificativos, sem reencapsulá-las. Evidência disso são as paráfrases em E1 e E2, que mostram que os adjetivos podem ser retirados das sentenças sem que se perca a unidade referencial das formações nominais. O adjetivo, nesse caso, introduz uma perspectiva sobre a formação nominal, que faz parte da leitura que o locutor faz do referente expresso por ela.

A seguir, analisaremos mais alguns exemplos, não só com adjetivos.

(96) O líder comunitário do bairro, de apenas 21 anos, foi muito elogiado pelos presentes no evento de inauguração da quadra poliesportiva.

E1: O líder comunitário do bairro foi muito elogiado.

E1: O líder comunitário do bairro foi muito elogiado. Ele tem apenas 21 anos.

E2: O líder comunitário do bairro tem mesmo 21 anos? Pensei que fosse mais velho.

(97) Ao tomar posse, em seu primeiro discurso como presidente, (Dilma) foi além: "Afirmando com clareza que valorizarei a transparência na administração pública. Não haverá compromisso com o erro, o desvio e o malfeito. Serei rígida na defesa do interesse público em todos os níveis de meu governo". A retórica de ambas as frases, tão recentes, precisa ser confrontada com a suspeita que agora envolve o ministro-chefe da Casa Civil, Antonio Palocci. (<http://www.folha.uol.com.br/>. Acesso em 20/06/2011.)

E1: A retórica de ambas as frases precisa ser confrontada com a suspeita que agora envolve o ministro-chefe da Casa Civil, Antonio Palocci.

E1: As frases são recentes, e sua retórica precisa ser confrontada com a suspeita que agora envolve o ministro-chefe da Casa Civil, Antonio Palocci.

E2: Não são tão recentes assim; nesses meses, muita coisa já aconteceu. A política brasileira é muito mais suja do que se pensa, e os próprios líderes mais bem-intencionados têm dificuldade de acabar com a sujeira quando se deparam com ela.

(98) João teve a ideia de fazer uma festa na segunda-feira de manhã. Essa ideia sem sentido do meu amigo não vai dar certo.

E1: Essa ideia do meu amigo não vai dar certo.

E1: Essa ideia do meu amigo é sem sentido e não vai dar certo.

E1: Por ser sem sentido, essa ideia do meu amigo não vai dar certo.

E2: Não acho que a ideia do seu amigo seja sem sentido. Afinal, nada como quebrar o baixo astral de uma manhã de segunda-feira. Se todos puderem comparecer, a festa será muito boa, certamente.

(99) As muitas obras, de altos custos, da Copa de 2014 já eram esperadas, de acordo com as exigências da Fifa.

E1: As muitas obras da Copa de 2014 já eram esperadas, de acordo com as exigências da Fifa.

E1: As muitas obras da Copa de 2014 já eram esperadas, de acordo com as exigências da Fifa; essas obras são de altos custos.

E2: Não acho que sejam de tão alto custo, a se considerar os investimentos de várias empresas do mundo inteiro.

(100) Que perspectiva viável terá um partido de oposição, como o PSDB, em face dos atuais rumos da política? Essa pergunta de difícil resposta tem levado muitos opositores de Lula e do petismo à indecisão e à imobilidade.

E1: Essa pergunta tem levado muitos opositores de Lula e do petismo à indecisão e à imobilidade.

E1: Essa pergunta é de difícil resposta e tem levado muitos opositores de Lula e do petismo à indecisão e à imobilidade.

E2: Por que a pergunta é de difícil resposta? Os partidos sempre participaram desse joguinho de fazer oposição. A perspectiva que lhe resta é tentar novamente a hegemonia do poder, o que já acontece em muitos estados da federação.

(101) O descontentamento dos americanos com seu presidente registrou a taxa sem precedentes de 78%.

E1: O descontentamento dos americanos registrou taxa de 78%.

E1: O descontentamento dos americanos registrou taxa de 78%; essa taxa é sem precedentes.

E1: O descontentamento dos americanos com seu presidente registrou a taxa, sem precedentes, de 78%.

E2: Essa taxa de 78% não é sem precedentes. Mês passado, vi uma pesquisa que detectou 80% de insatisfação com o governo.

(102) O fascismo de Mussolini inspirou governos ditadores ao longo do mundo, inclusive o próprio Hitler.

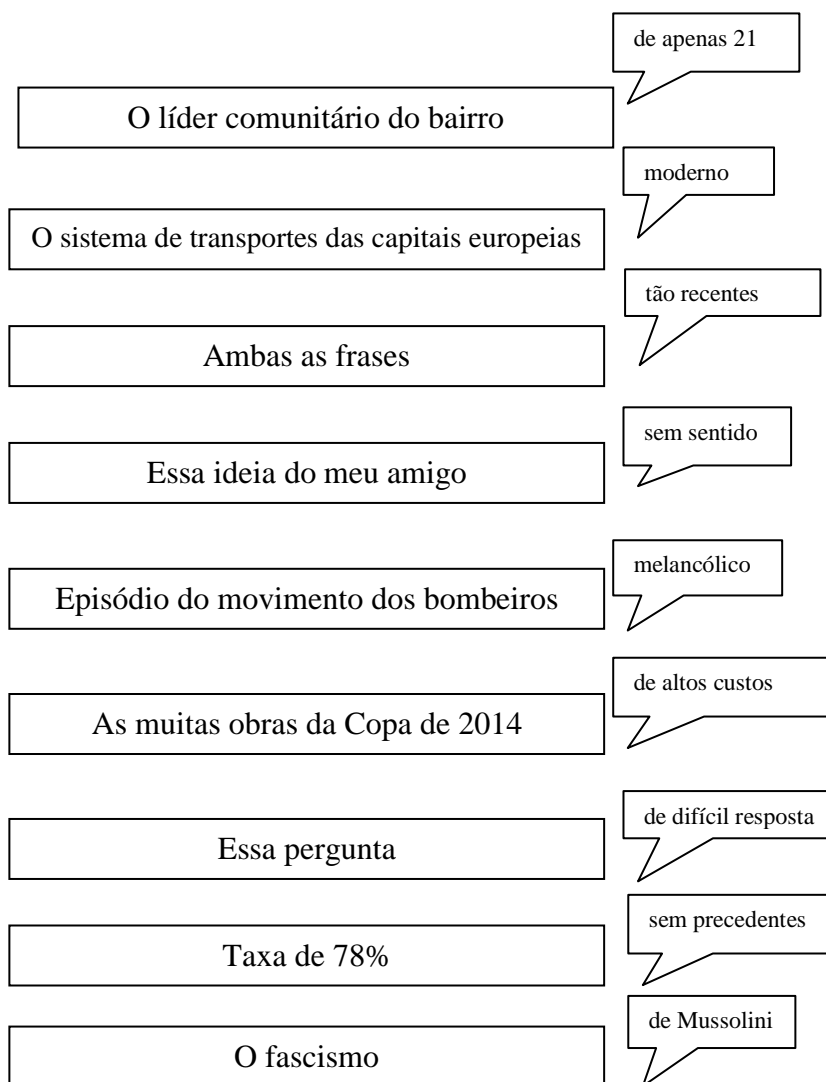
E1: O fascismo inspirou governos ao longo do mundo, inclusive o próprio Hitler.

E1: O fascismo foi criado por Mussolini.

E2: A fascismo foi mesmo criado por Mussolini?

Tais enunciados exemplificam o uso de sintagmas preposicionados que, assim como certos tipos de adjetivos, perspectivam um referente sem reencapsulá-lo. Essa perspectivação consiste em atribuir ao referente uma característica que o locutor identifica nele. Com relação à formação nominal *fascismo de Mussolini*, por exemplo, o sintagma *de Mussolini* introduz uma explicação sobre o nome *fascismo*, feita pelo locutor, como poderia ser evidenciado por meio do enunciado *O fascismo foi um sistema de governo criado por Benito Mussolini*, que toma o nome *fascismo* como uma unidade de referência. Não existe reencapsulamento nesse tipo de enunciado, porque fascismo pressupõe Mussolini. O enunciado não produz um recorte do tipo *fascismo de João*, *fascismo do governo estadunidense*, *fascismo asiático*; fala de *fascismo* de modo geral.

Todos esses enunciados que apresentamos, de acordo com a análise que fizemos para o nome *fascismo*, produzem discursividades sobre as categorias referenciais a seguir, tomadas como unidades:



Adjetivos e sintagmas preposicionados perspectivam esses referentes. Alguns deles até mesmo aparecem entre vírgulas, o que evidencia, possivelmente, um menor nexos sintático que possuem com os núcleos nominais. Seu apagamento não faz com que o referente se altere²¹ nem que se altere a unidade referencial da formação nominal.

No caso dos complementos, o teste sintático que aplicamos e a inserção de um enunciador polêmico prejudicariam a progressão referencial do enunciado — mostrando diferentes subclassificações — ou mesmo a interpretação do conteúdo dele:

(103) A poluição sonora prejudica minha concentração para a leitura.

*E1: * A poluição prejudica minha concentração para a leitura.*

*E1: * A poluição prejudica minha concentração para a leitura; essa poluição é sonora.*

*E2: * Não acho que essa poluição seja sonora.*

(104) A ida de João a São Paulo terá de ser adiada.

*E1: * A ida a São Paulo terá de ser adiada; essa ida é de João.*

*E2: * Não concordo com que essa ida a São Paulo seja de João.*

(105) A morte de Michael Jackson deixou muitas dúvidas até hoje não esclarecidas.

*E1: * A morte deixou muitas dúvidas até hoje não esclarecidas.*

*E2: * A morte deixou muitas dúvidas até hoje não esclarecidas; essa morte foi de Michael Jackson.*

*E2: * Não concordo com que essa morte tenha sido de Michael Jackson.*

O asterisco em cada uma das paráfrases evidencia que elas não são coerentes com os enunciados originais, por conterem recortes referenciais diferentes do original, de forma confusa. Esse sinal, geralmente usado como indicador de agramaticalidade, mostra que as sentenças, apesar de “gramaticais”, têm problemas de ordem semântica.

Após comparar os dados apresentados, já temos evidências suficientes que nos permitem apresentar nosso conceito para a categoria de adjuntos adnominais:

Adjuntos adnominais são determinantes que regulam enunciativamente um núcleo nominal, tomando-o em sua unidade referencial.

²¹ Isso de modo algum pode sugerir que o determinante não faça falta ao enunciado. Apenas nos atemos à delimitação do referente.

Os adjuntos adnominais podem ser constituídos por adjetivos ou sintagmas preposicionados que incidem sobre o nome — sem dar origem a outro referente, ou seja, sem reencapsular o núcleo nominal — e também por palavras de natureza gramatical, que, não obstante auxiliarem a determinação, não são capazes de mobilizar uma memória de enunciações com conotações particulares. Achamos por bem fazer a distinção entre categorias gramaticais e categorias lexicais, pelo fato de aquelas não possuírem, diferentemente destas, potencial de encapsulamento, mas apenas linguísticos ou funcionais. Basta questionarmos, por exemplo, o que significa “este”, que não encontraremos uma definição para além do nível metalinguístico. “Este” não é uma palavra da língua sujeita a se atualizar enunciativamente do ponto de vista do significado.

Pontes (1978, p. 152), ao tratar das categorias gramaticais em Português, o que ela chama de determinantes (num sentido mais específico do que o adotado neste trabalho), afirma que “os determinantes têm número reduzido, enquanto os adjetivos são, como os nomes, difíceis de numerar. Martinet (1964, p. 118) distingue os elementos de inventário limitado (que ele chama de morfemas) dos elementos inventário ilimitado (lexemas). Os adjetivos e nomes têm de ser alistados no léxico, enquanto os determinantes são elementos gramaticais.”. Fazem parte das categorias gramaticais o artigo, o pronome indefinido, o pronome possessivo, o pronome demonstrativo e os numerais. Nossa proposta é a de designá-los como adjuntos adnominais, devido à sua função reguladora. Adjetivos e sintagmas preposicionados, quando não reencapsulam o nome, singularizando-o, regulam-no enunciativamente, por meio da perspectivação, ou seja, um olhar sobre o referente. e as categorias gramaticais também podem regulá-lo de formas diferentes. Vejamos alguns exemplos:

(106) Procure desconfiar da veracidade de uma história com exageros narrativos. Essa história pode não passar de uma invenção aleatória.

(107) Um menino chegou para o pai e disse que queria ser muito rico quando crescesse. O pai disse ao menino que isso não é impossível, mas que ele precisaria de trabalhar bastante e de contar com uma boa dose de sorte.

(108) O fumo é prejudicial à saúde; ninguém duvida desse fato.

(109) O professor disse que havia suspenso dois alunos por indisciplina: Paulo e Marcelo.

(110) Certas pessoas podem precisar de uma atenção maior para concluírem suas atividades.

(111) Todo homem é mortal.

(112)

E1: Carlos, pegue aquela caneta, por favor.

E2: Qual?

E1: A que está em cima da mesinha.

(113) João vai se casar na semana que vem. Sua noiva fez uma lista com presentes de preços variados.

As sentenças anteriores ilustram o comportamento dos determinantes destacados. Ao emprego dos artigos, ditos pela tradição como definidos ou indefinidos, associamos a função reguladora de **apresentação** do referente. Os artigos indefinidos geralmente são utilizados quando se introduz um referente na enunciação, como ocorre na sentença (107), mostrando, muitas vezes, que ele ainda não é de conhecimento do interlocutor. O artigo definido, por sua vez, tem a função de pressupor que o referente já foi suficientemente apresentado. Na segunda referência a *menino*, o elemento que reapresenta o referente é o artigo definido. Os artigos são determinantes que, em princípio²², não reencapsulam nem singularizam o nome. Evidência disso é o fato de que o referente se preservou independentemente do tipo de artigo que se lhe acrescentou; ambas as frases do período trataram do nome *menino*. Em certos casos, o artigo definido apresenta diretamente o referente, com uma conotação mais genérica, em frases do tipo “As baleias são mamíferos”. Os artigos às vezes podem ser dispensáveis: “Baleias são mamíferos”.

Os pronomes demonstrativos, que em certos usos se aproximam dos artigos (como na sentença (106)), têm a função reguladora de **retomada** ou de **localização** do referente — no caso dos pronomes catafóricos, pode-se incluir também a função de apresentação. Por retomada, entende-se a possibilidade de o enunciado referir-se novamente a um elemento já dado na progressão textual. As sentenças (106) e (107) são exemplos desse uso, por conterem pronomes (*essa* e *esse*) que retomam, respectivamente, *história com exageros narrativos* e (o fato de que) *o fumo é prejudicial à saúde*. Por localização, entende-se a associação da referência nominal à dimensão espaço-temporal em que os interlocutores se inserem. O enunciado em (110) exemplifica esse uso, ao localizar no espaço o nome *caneta*, distante do enunciador e do interlocutor. Embora o pronome sugira essa localização, não é suficiente do ponto de vista informativo para determiná-la; no enunciado dado, o enunciador precisou especificar a referência valendo-se de conteúdo lexical: *a caneta que está em cima da mesinha*. Poderia até mesmo ter dito diretamente: *Carlos, pegue a caneta que está em cima da mesinha, por favor*. O pronome produz recorte e seleção referencial, mas é eficiente quando, por exclusão, basta autonomamente para localizar o referente, já que se trata de uma categoria

²² O artigo pode sugerir um tipo de reencapsulamento qualitativo em frases do tipo *Meu pai é o cara*, mas de forma indireta. Não se trata de um cara qualquer, porém não se explicitam as características especiais desse “cara”.

vazia de significação. *Aquela caneta* somente produz satisfação referencial se, do ponto de vista dêitico, o enunciado tiver outras pistas de localização ou se, circunstancialmente, houver apenas uma caneta a ser localizada.

O mesmo raciocínio pode ser aplicado aos pronomes possessivos, que diremos ter a função reguladora de **atribuição de pertinência**. Essa função estabelece que um referente do enunciado tem pertinência em relação a um outro referente desse mesmo enunciado, podendo haver entre eles a ideia de posse (um tipo de pertinência). O pronome se ancora nesse referente para produzir sentido, de tal forma que os pronomes em itálico em expressões como “*seu* carro” e “*meu* caráter” somente fazem sentido por estarem ancorados em uma cena enunciativa específica; por exemplo: o carro de Pedro / o caráter do governador (o governador proferiu um discurso em primeira pessoa). O enunciado em (112) exemplifica essa ancoragem. Produz-se reencapsulamento do referente, mas ele depende da ancoragem, intermediada pelo pronome.

Por fim, propomos a função reguladora de **quantificação** — exercida por numerais²³ e pronomes indefinidos —, que pode ser definida ou indefinida. Estabelecer *quantidade* significa tomar um referente e regulá-lo segundo algum tipo de grandeza, a ser expressa numericamente ou não. Esses determinantes produzem escopos de delimitação: *um aluno, dois alunos, nove alunos, certos alunos, muitos alunos, quaisquer alunos*. No entanto, é uma delimitação apenas quantitativa, por não especificar (singularizar) o referente. Não se explicita quais são os alunos. Os enunciados em (109), (110) e (111) são exemplos com determinantes quantificadores. O enunciado de (109) exemplifica que a subclassificação do referente, ou seja, a afirmação de quem são efetivamente os alunos, deve-se a outros elementos da sentença.

Em suma, classificamos como adjuntos adnominais os determinantes que regulam a referência de um núcleo nominal. Alguns desses adjuntos são compostos por adjetivos e sintagmas preposicionados, que operam na caracterização de um referente já definido pelo enunciado, perspectivando-o. Outros, por sua vez, são elementos de natureza gramatical, com uma função ancorada nos referentes do enunciado. Reconhecemos que tais determinantes

²³ Não incluímos aqui os numerais ordinais, que em realidade se mostram muito mais como adjetivos do que propriamente como numerais. Em uma sentença como *Paulo passou em primeiro lugar no concurso*, “primeiro” é um determinante capaz de moldar a discursividade do referente, subclassificando-o. Esse determinante tem a propriedade de produzir singularidades em relação ao nome. Por exemplo: atribui-se, historicamente e de forma gradativa, uma maior mérito ao primeiro lugar do que ao segundo ou ao terceiro.

demandam uma análise mais pormenorizada, o que procuraremos fazer em um trabalho futuro. Por ora, concretizando os objetivos desta dissertação, focamos apenas as características gerais dos lugares sintáticos de *complemento nominal* e *adjunto adnominal*.

3.5. A determinação nominal em perspectiva

Para discutirmos esse importante tópico, vamos citar Guimarães (2007). Ele utiliza o conceito de Domínio Semântico de Determinação (DSD) para estabelecer a propriedade de determinação entre palavras dentro do enunciado. Essa propriedade, ao contrário da análise convencional, que toma o sintagma como o lugar da determinação, faz parte do acontecimento enunciativo tomado em sua substância, partindo-se do pressuposto de que a significação se dá, fundamentalmente, pelas relações das coisas que acontecem, grosso modo dizendo. Ao definir a determinação como processo amplo do enunciado, Guimarães não distingue, por exemplo, determinação de predicação, já que uma pode ser estabelecida pela outra, ou seja, a predicação é uma forma de determinação, e vice-versa. O autor discute os seguintes exemplos:

Esta estrada perigosa pode causar acidentes graves.
Esta estrada é perigosa e pode causar acidentes graves.

(GUIMARÃES, 2007, p. 78)

Ela não afirma que as duas sentenças sejam sinônimas, mas mostra a idêntica relação entre *estrada* e *perigosa*. Guimarães preconiza (p. 79) que “a determinação é a relação fundamental para o sentido das expressões linguísticas” e que (p.80) “um DSD é construído pela análise das relações de uma palavra com as outras que a determinam em textos em que funcionam.” O autor se dedica, ao longo do artigo, a estabelecer os procedimentos de análise do DSD. Sem explorarmos esse ponto, no momento, de vez que focamos mais de perto as categorias sintáticas de determinação, achamos por bem citar um exemplo bastante ilustrativo a propósito da determinação do nome barraco:

As residências do bairro se destacavam dos barracos que ficavam no morro, ao longe. Os moradores de umas e outras raramente se encontravam.

As casas e os barracos do bairro mostram que as residências urbanas têm uma grande diferença de qualidade.

(GUIMARÃES, 2007, p. 80)

Temos, aqui, dois enunciados que produzem discursividades diferentes sobre o nome “barraco”. O primeiro deles o determina como não fazendo parte do conjunto de residências do bairro, ao dizer que as residências se destacavam dos barracos. O segundo, por sua vez, inclui tanto “casas” quanto “barracos” no conjunto de residências, mesmo que diferencie qualitativamente os dois elementos. Esses exemplos evidenciam que a determinação nominal é, de fato, um processo mais amplo do que comumente analisado, ultrapassando o nível sintático. Este é mais um argumento que justifica o fato de adotarmos o conceito de *formação nominal* no lugar de *sintagma nominal*. Do exemplo que discutimos, barraco é, em estado de dicionário, um nome (substantivo). Ao ser atualizado pelo acontecimento da enunciação, deixa seu estado de *virtualidade* por meio dos processos de *repetição* e *diferença*. Passa a integrar, assim, uma formação nominal, que passa por efeitos de determinação.

Assumimos, pois, que a determinação nominal ocorre no nível da expressão linguística, por meio de categorias como complemento e adjunto, num nível macrossintático, associado às relações de apontamento entre as palavras ao longo da sentença, e no nível do enunciado como um todo, por meio da articulação de sentidos provenientes da memória das palavras. Diríamos que se trata, então, de três níveis de determinação. Vamos citar, mais uma vez, alguns dados anteriores para identificarmos o DSD dos nomes:

Sintático

(83.a) Chefe da ONU sugere Brasil para evento de [desenvolvimento social de Brasília].

(85.c) Você foi um abalo sísmico totalmente inesperado, e antes que eu pudesse me defender, deu-se o início da [minha devastação].

Macrossintático

(70) Paçoca caseira: torre o amendoim, tire a casca e bata no liquidificador até virar pó.

(71.i) Márcio Garcia está feliz com a volta à Globo.

Enunciativo

(83.d) Esta é a terceira visita de Ban Ki-moon ao Brasil desde sua posse, em 2007. No início do mês, o sul-coreano anunciou que tentará a reeleição para o cargo máximo das Nações Unidas - seu mandato

encerra no dia 31 de dezembro."Eu espero que os estados-membros considerem favoravelmente o meu humilde desejo de servir esta grande organização, para promover a paz, a segurança e o desenvolvimento, bem como promoção dos direitos humanos", afirmou em coletiva de imprensa.

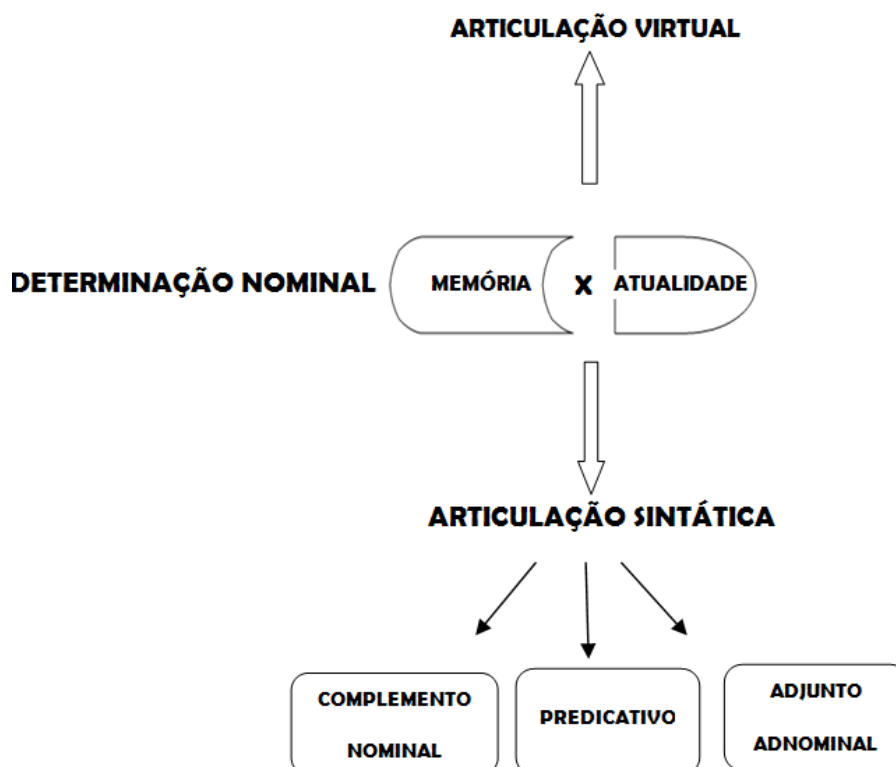
(83.i) Meio ambiente e desenvolvimento sustentável discutido em seminário hoje <http://fb.me/11C2tiifM>

No nível sintático, o nome é determinado dentro do tradicional sintagma: *desenvolvimento social de Brasília; minha devastação*.

No nível macrossintático, o nome é determinado por uma relação de retomada, estabelecendo nexos de sentido com uma palavra anterior: [casca] [do amendoim]; [a volta] [de Márcio Garcia].

No nível enunciativo, o nome é determinado segundo informações implícitas. Em (83.d), está implícita a informação de que o desenvolvimento se refere aos estados-membros das Nações Unidas. Em (83.i), está implícita a informação de que o desenvolvimento se refere à sociedade de modo geral, em harmonia com o meio ambiente.

Diante desses dados, necessário se faz repensar a constituição do processo de determinação nominal. O esquema a seguir sintetiza nossa proposta:



Depreende-se desse esquema que a determinação nominal opera na relação entre memória e atualidade, por meio da articulação entre palavras. Essa articulação pode ser sintática, no nível da expressão linguística, e pode também ser virtual, de acordo com os apontamentos implícitos que se dão nos enunciados. Neste trabalho, demos atenção especial aos determinantes *complemento nominal* e *adjunto adnominal*. Em um trabalho futuro, pretendemos dedicar uma análise ao estatuto dos predicativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, propusemos conceitos para *nome* e *formação nominal* segundo uma abordagem de bases enunciativas, bem como mostramos que a formulação das categorias de determinação nominal possui relação próxima com a enunciação.

Questionamos os estudos tradicionais de sintaxe, baseados na concepção que estabelece hierarquia entre as funções sintáticas, definindo aquelas que são dispensáveis ou necessárias à oração. Distanciamos-nos, também, dos estudos formais de sintaxe e semântica que dizem respeito aos nomes, uma vez que constatamos, diante de uma série de dados da língua em uso, que eles produzem generalizações que não se confirmam; referimo-nos, com mais atenção, à análise dos sintagmas nominais dentro das limitações do arcabouço estrutural da gramática gerativa e também às definições categóricas de uma gramática de valências, presa a noções como *argumento*, *acarretamento lexical* e *atribuição de papel temático*. Consideramos, em vez disso, o princípio de que a enunciação produz regularidades (e não regras), com base nos conceitos fundadores de *acontecimento*, *memória* e *atualidade*.

Formulamos o conceito de encapsulamento, como próprio da configuração do nome enquanto classe de palavra, e mostramos que o nome tem um potencial de referência para servir como suporte temático de afirmação, em estado de dicionário. Na enunciação, o nome passa a constituir uma *formação nominal*, que também designa qualquer categoria que seja tomada como nome, pelo processo de nominalização. Postulamos que a determinação nominal objetiva retirar o nome de uma virtualidade constitutiva, produzindo diferenças. Formulamos, além disso, o conceito de reencapsulamento, como associado ao lugar sintático de complemento nominal, e propusemos que os adjuntos adnominais têm a função de regular o nome enunciativamente, tomando-o como uma unidade referencial.

Como direcionamentos futuros desta pesquisa, destacamos a necessidade de se fazer uma análise mais detalhada de cada uma das categorias de determinação nominal que apresentamos, bem como a possibilidade de se pensar um olhar sobre a determinação sintática, de forma mais ampla, com base nos fundamentos teóricos da Semântica da Enunciação. Vislumbramos, ademais, novas perspectivas para o ensino de gramática.

REFERÊNCIAS

- ACHARD, P. Memória e produção discursiva do sentido. in: ACHARD, P. et alii. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, p. 11-21, 1999.
- BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. São Paulo: Lucerna, 1999.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas: Pontes Editores, 1988.
- BERRENDONER, Alain. *Les Deux Syntaxes*. Université de Fribourg, Verbum XXIV, 2002, 1-2.
- BORBA, Francisco S. *Uma Gramática de Valências Para o Português*. São Paulo: Ática, 1996.
- BOSQUE, Ignacio y DEMONTE, Violeta. *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Real Academia Española. Madrid: Espasa, 2004.
- CANÇADO, M. Argumentos: complementos e adjuntos. *Alfa*. São Paulo, v.53, n.1, p.35-59, 2009.
- CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CUNHA, C. & CINTRA, L. *Nova gramática do Português Contemporâneo*. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- DELEUZE, Gilles. *Diferença e Repetição*. Trad. Luiz Orlandi e Roberto Machado. 2.ed. São Paulo: Graal, 2006.
- DIAS, L. F. Fundamentos do sujeito gramatical: uma perspectiva da enunciação. In: ZANDWAIS, Ana (org.). *Relações entre Pragmática e Enunciação*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, p. 47-63, 2002.
- _____. A sintaxe em novas dimensões. In: TOLDO, C. S. (Org). *Questões de Linguística*. Passo Fundo: UPF Editora, p. 57-69, 2003.

_____. Novas perspectivas no ensino de gramática na escola: o estatuto do exemplo em questão. In: OLIVEIRA, S. E. & SANTOS, F. J. *Mosaico de linguagens*. Campinas: Pontes, p. 43-53, 2006.

_____. Enunciação e gramática: o papel das condições de emprego da língua. *Letras*, Santa Maria, n. 33, p. 51-67, jul./dez. 2006.

_____. Problemas e desafios na constituição do campo de estudos da transitividade verbal. In: SARAIVA, M. E. F.; MARINHO, J. H. C. (Orgs.). *Estudos da língua em uso: relações inter e intra-sentenciais*. Belo Horizonte: PosLin, p. 101-122, 2005.

_____. *Os sentidos do idioma nacional: as bases enunciativas do nacionalismo lingüístico no Brasil*. Campinas: Pontes Editores, 1996.

_____. Enunciação e regularidade sintática In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas: n. 50, v. 2, p. 7-30, Jan/Jun 2009.

_____. Os sentidos da liberdade no mundo Wiki in: SCHONS, C.R; CAZARIN, E.A. (orgs.) *Língua, escola e mídia: entrelaçando teorias, conceitos e metodologias*. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2011. (no prelo)

DIAS, L.F. & LACERDA, Priscila B. G. *A Referência nos Estudos Semânticos*. Mimeo.

DUCROT, O. Argumentação e “topoi” argumentativos. In: GUIMARÃES, E. (Org.). *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, p. 13-38, 1989.

_____. *Enunciação*. Enciclopédia Einaudi, v. 2. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, p. 368-373, 1984.

FREGÉ, G. Sobre o sentido e a referência. In: *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix, cap. 2, p. 59-86, 1978.

FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas*. 9. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

GARY, Prieur, M.N. Quand le référent du nom propre se multiplie. *Modèles linguistiques* XI, 2. p. 119-133, 1990.

GONÇALVES, Carlos Alexandre V. A dicotomia adjunto / complemento (ad)nominal rediscutida. *Estudos Linguísticos*, n. 22. Ribeirão Preto, p. 800-807, 1993.

GUIMARÃES, Eduardo. Domínio semântico de determinação. In: GUIMARÃES, E.; MOLLICA, M. C. (Orgs.) *A palavra: forma e sentido*. Campinas: Pontes/RG, p. 79-96, 2007.

_____. *Semântica do Acontecimento*. Campinas: Pontes Editores, Paulo, 2002.

_____. *A enumeração: funcionamento enunciativo e sentido*. In: Caderno de Estudos Linguísticos. Campinas, 51(1): 49-68, Jan/Jun, 2009.

_____. *Enunciação, língua, memória*. *Revista da ANPOLL*. n. 2, p. 27-33, 1996.

INFANTE, Ulisses. *Curso de Gramática Aplicada aos Textos*. São Paulo: Scipione, 1995.

LIBERATO, Yara G. *A estrutura do SN em português: uma abordagem cognitiva*. 1997. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Universidade Federal de Minas Gerais.

LIMA, Rocha. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 43. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

LUCAS, Rosana. *Perspectivas para uma nova abordagem da estrutura do SN em Português*. Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 1988.

LYONS, John. *Semântica – I*. Lisboa: Editorial Presença / Martins Fontes, 1977.

MATEUS, Mira *et alli*. *Gramática da Língua Portuguesa*. 7. ed. Lisboa: Caminho Coleção Universitária, 2006.

MIOTO, C.; SILVA, M.C.F; LOPES, R.E.V. *Novo Manual de Sintaxe*. 2.ed. Florianópolis: Insular, 2005.

MONDADA, L.; DUBOIS, L. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referência. In: CAVALCANTE, M.M.; RODRIGUES, B.B.; CIULLA, A. (Orgs.). *Referência*. São Paulo: Contexto, p.17-52, 2003.

NEGRÃO, E. *O Português Brasileiro: Uma língua voltada para o discurso*. Tese de Livre-Docência, inédita. São Paulo, USP. 1999.

NEVES, Maria Helena M. *A vertente grega da Gramática Tradicional: uma visão do pensamento grego sobre a linguagem*. 2. ed. revista São Paulo: UNESP, 2004.

PEREIRA, Bruna K.; DIAS, Luiz Francisco. Do estado infinito ao estado finito do verbo: os limites enunciativos da unidade sentencial. *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*. Campinas: n. 21, p. 33-51, 2008.

PERINI, M. A. et alli. *Sobre a Classificação das Palavras*. *Delta*, v.14 n. especial. São Paulo: 1998.

PERINI, Mário A. et alli. *Revista de Estudos da Linguagem*, Faculdade de Letras da UFMG. Ano 5, nº especial. Belo Horizonte, 1996.

PERINI, Mário A. *Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

_____. *Gramática descritiva do português*. 1ª edição. São Paulo: Ática, 1995.

PEZZATI, Erotilde. O Funcionalismo em Linguística. In: MUSSALIM, Fernanda & Anna Christina Bentes (orgs.) *Introdução à Linguística 3: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, p. 165-207, 2004.

PONTES, Eunice. Os determinantes em português. *Lingüística e ensino do vernáculo* 53/54. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

RAJAGOPALAN, K. O singular: uma pedra no caminho dos teóricos da linguagem. *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas: _____, n.38, p.79-84, jan./jun. 2000.

RAPOSO, E. *Teoria da Gramática: A Faculdade da Linguagem*. Caminho, Lisboa, 1992.

SILVA, Lúcia B. A. S. *O Estatuto do PP Pós-nominal no Português Brasileiro*. Universidade Federal de Minas Gerais, 2001.

SOUZA DIAS. *A lógica do acontecimento – Deleuze e a Filosofia*. Porto: Edições Afrontamento, 1995.

VALIN, Van. *Investigations of the Syntax-Semantics-Pragmatics Interface*. John Benjamins North America · P.O. Box 27519 · Philadelphia USA , 2008.

VIANNA, Marlene M. Z. *Adjunto adnominal e complemento nominal: por uma simplificação de análise*. Universidade Federal de Minas Gerais, 1983.

